

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	90
--	----

Motivos de Reapresentação	91
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.516.732
Preferenciais	164.014
Total	9.680.746
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	5.034.216	5.002.621
1.01	Ativo Circulante	1.473.449	1.403.624
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.042	1.160
1.01.02	Aplicações Financeiras	378.379	283.769
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	378.379	283.769
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	113.571	102.734
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	264.808	181.035
1.01.03	Contas a Receber	495.923	500.993
1.01.03.01	Clientes	96.758	101.333
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	399.165	399.660
1.01.04	Estoques	20.318	27.509
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.716	22.117
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.716	22.117
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.192	1.075
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	573.879	567.001
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	489.392	445.567
1.01.08.03	Outros	84.487	121.434
1.02	Ativo Não Circulante	3.560.767	3.598.997
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.669.696	2.688.319
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	7	9
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	7	9
1.02.01.04	Contas a Receber	3.865	4.011
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.865	4.011
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	476.265	451.308
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	35.040	12.500
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	68.076	65.568
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	373.149	373.240
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.189.559	2.232.991
1.02.02	Investimentos	315.799	325.065
1.02.02.01	Participações Societárias	315.799	325.065
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	85.685	84.709
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	227.579	237.687
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2.535	2.669
1.02.03	Imobilizado	536.590	542.917
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	493.170	502.871
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	43.420	40.046
1.02.04	Intangível	38.682	42.696
1.02.04.01	Intangíveis	38.682	42.696

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	5.034.216	5.002.621
2.01	Passivo Circulante	525.830	658.344
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.403	35.761
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	36.403	35.761
2.01.02	Fornecedores	40.826	137.197
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	40.826	137.197
2.01.03	Obrigações Fiscais	27.875	27.439
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.678	27.370
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.243	11.459
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	197	69
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	39.466	38.984
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.466	38.984
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.723	6.720
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	32.743	32.264
2.01.05	Outras Obrigações	215.268	244.460
2.01.05.02	Outros	215.268	244.460
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	732	806
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	140.000	140.000
2.01.06	Provisões	165.992	174.503
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	165.992	174.503
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	34.327	36.708
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	131.414	137.355
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	251	440
2.02	Passivo Não Circulante	1.941.066	1.971.697
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	525.359	548.359
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	525.359	548.359
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	40.423	43.687
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	484.936	504.672
2.02.02	Outras Obrigações	77.927	72.812
2.02.02.02	Outros	77.927	72.812
2.02.03	Tributos Diferidos	234.648	257.595
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	234.648	257.595
2.02.04	Provisões	1.103.132	1.092.931
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.103.132	1.092.931
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.082	5.053
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	83.596	68.141
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	934.059	943.113
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	80.395	76.624
2.03	Patrimônio Líquido	2.567.320	2.372.580
2.03.01	Capital Social Realizado	915.633	915.633
2.03.04	Reservas de Lucros	1.944.409	1.944.410
2.03.04.01	Reserva Legal	31.176	31.176
2.03.04.02	Reserva Estatutária	62.353	62.354
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.009.304	1.009.304
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	200.970	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-493.692	-487.463

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	238.201	516.382	235.697	455.041
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-136.623	-266.585	-150.510	-314.862
3.03	Resultado Bruto	101.578	249.797	85.187	140.179
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.936	-31.206	-33.383	-33.338
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.948	-3.710	314	2.577
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.819	-47.009	-27.381	-42.124
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.841	11.449	3.155	6.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.841	-33.143	-29.372	-43.609
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.831	41.207	19.901	43.818
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	95.642	218.591	51.804	106.841
3.06	Resultado Financeiro	9.348	6.751	-64.142	-70.654
3.06.01	Receitas Financeiras	29.670	75.759	13.084	32.833
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.322	-69.008	-77.226	-103.487
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	104.990	225.342	-12.338	36.187
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-23.094	-48.696	-15.808	-23.168
3.08.01	Corrente	-33.117	-69.061	-24.683	-40.973
3.08.02	Diferido	10.023	20.365	8.875	17.805
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	81.896	176.646	-28.146	13.019
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	81.896	176.646	-28.146	13.019
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	81.896	176.646	-28.146	41.628
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.019	11.819	-9.108	-5.280
4.03	Resultado Abrangente do Período	89.915	188.465	-37.254	36.348

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	132.437	154.566
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	254.562	137.813
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-86.364	13.421
6.01.03	Outros	-35.761	3.332
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-30.294	-56.424
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.489	97.557
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	84.654	195.699
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	182.196	281.576
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	266.850	477.275

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	915.633	0	1.944.410	0	-487.463	2.372.580
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	915.633	0	1.944.410	0	-487.463	2.372.580
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	200.970	-6.229	194.741
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	176.646	0	176.646
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	24.324	-6.229	18.095
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.944.410	200.970	-493.692	2.567.321

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.186	-327.186	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	327.186	-327.186	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.045	-8.597	9.448
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.019	0	13.019
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	5.026	-8.597	-3.571
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.869.192	18.045	-469.123	2.333.747

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	637.294	563.795
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	633.286	558.384
7.01.02	Outras Receitas	7.718	2.834
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.710	2.577
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-109.586	-173.797
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-45.211	-95.664
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.850	-15.668
7.02.04	Outros	-44.525	-62.465
7.03	Valor Adicionado Bruto	527.708	389.998
7.04	Retenções	-55.925	-48.526
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.042	-11.407
7.04.02	Outras	-40.883	-37.119
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	471.783	341.472
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	116.966	76.651
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	41.207	43.818
7.06.02	Receitas Financeiras	75.759	32.833
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	588.749	418.123
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	588.749	418.123
7.08.01	Pessoal	153.217	152.771
7.08.01.01	Remuneração Direta	74.222	73.593
7.08.01.02	Benefícios	14.831	15.570
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.573	6.601
7.08.01.04	Outros	57.591	57.007
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	186.526	146.057
7.08.02.01	Federais	183.840	144.888
7.08.02.02	Estaduais	351	770
7.08.02.03	Municipais	2.335	399
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.360	106.276
7.08.03.02	Aluguéis	3.352	2.790
7.08.03.03	Outras	69.008	103.486
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	176.646	13.019
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	176.646	13.019

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	5.127.679	5.098.548
1.01	Ativo Circulante	1.465.320	1.397.309
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.318	1.631
1.01.02	Aplicações Financeiras	379.121	287.703
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	379.121	287.703
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	113.571	102.734
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	265.550	184.969
1.01.03	Contas a Receber	500.458	501.810
1.01.03.01	Clientes	98.343	101.551
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	402.115	400.259
1.01.04	Estoques	20.318	27.509
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.878	22.279
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.878	22.279
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.315	1.107
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	559.912	555.270
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	489.392	445.567
1.01.08.03	Outros	70.520	109.703
1.02	Ativo Não Circulante	3.662.359	3.701.239
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.987.904	3.017.945
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	7	9
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	7	9
1.02.01.04	Contas a Receber	92.865	105.676
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	92.865	105.676
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	408.189	385.740
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	35.040	12.500
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	373.149	373.240
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.486.843	2.526.520
1.02.02	Investimentos	-35.826	-37.260
1.02.02.01	Participações Societárias	-35.826	-37.260
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	88.673	87.239
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	-124.499	-124.499
1.02.03	Imobilizado	671.221	677.480
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	476.617	486.318
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	194.604	191.162
1.02.04	Intangível	39.060	43.074
1.02.04.01	Intangíveis	39.060	43.074

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	5.127.679	5.098.548
2.01	Passivo Circulante	538.552	671.884
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.408	35.773
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	36.408	35.773
2.01.02	Fornecedores	47.059	142.923
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	47.059	142.923
2.01.03	Obrigações Fiscais	30.322	29.979
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.125	29.910
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.370	11.477
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	197	69
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	39.466	38.984
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.466	38.984
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.723	6.720
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	32.743	32.264
2.01.05	Outras Obrigações	219.305	249.722
2.01.05.02	Outros	219.305	249.722
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	732	806
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	140.000	140.000
2.01.06	Provisões	165.992	174.503
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	165.992	174.503
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	34.327	36.708
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	131.414	137.355
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	251	440
2.02	Passivo Não Circulante	2.006.334	2.037.846
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	525.359	548.359
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	525.359	548.359
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	40.423	43.687
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	484.936	504.672
2.02.02	Outras Obrigações	140.474	136.240
2.02.02.02	Outros	140.474	136.240
2.02.03	Tributos Diferidos	234.648	257.595
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	234.648	257.595
2.02.04	Provisões	1.105.853	1.095.652
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.105.853	1.095.652
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.082	5.053
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	86.317	70.862
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	934.059	943.113
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	80.395	76.624
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.582.793	2.388.818
2.03.01	Capital Social Realizado	915.633	915.633
2.03.04	Reservas de Lucros	1.944.409	1.944.410
2.03.04.01	Reserva Legal	31.176	31.176
2.03.04.02	Reserva Estatutária	62.353	62.354
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.009.304	1.009.304
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	200.970	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-493.692	-487.463

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	15.473	16.238

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	253.053	539.442	249.749	474.438
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-145.926	-299.138	-161.781	-328.571
3.03	Resultado Bruto	107.127	240.304	87.968	145.867
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.944	-22.248	-35.999	-38.574
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.948	-3.710	314	2.577
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.574	-48.259	-27.871	-42.923
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.841	11.449	3.156	6.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.733	-33.143	-29.291	-43.623
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	20.470	51.415	17.693	39.395
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	96.183	218.056	51.969	107.293
3.06	Resultado Financeiro	9.310	6.722	-64.149	-70.681
3.06.01	Receitas Financeiras	29.670	75.759	13.104	32.889
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.360	-69.037	-77.253	-103.570
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	105.493	224.778	-12.180	36.612
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-23.230	-48.896	-15.840	-23.223
3.08.01	Corrente	-33.253	-69.261	-24.711	-41.028
3.08.02	Diferido	10.023	20.365	8.871	17.805
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	82.263	175.882	-28.020	13.389
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	82.263	175.882	-28.020	13.389
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	81.896	176.646	-28.146	13.019
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	367	-764	126	370
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	82.263	175.882	-28.020	13.389
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.019	11.819	-9.108	-5.280
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	90.282	187.701	-37.128	8.109
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	89.915	188.465	-37.254	36.348
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	367	-764	126	-28.239

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	121.791	110.345
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	246.276	138.866
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-88.726	-17.111
6.01.03	Outros	-35.759	-11.410
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.624	-106.949
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.900	190.379
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	81.267	193.775
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	186.601	285.333
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	267.868	479.108

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	915.633	0	1.944.410	0	-487.463	2.372.580	16.238	2.388.818
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	915.633	0	1.944.410	0	-487.463	2.372.580	16.238	2.388.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	200.206	-6.229	193.977	-765	193.212
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	175.882	0	175.882	-765	175.117
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	24.324	-6.229	18.095	0	18.095
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.944.410	200.206	-493.692	2.566.557	15.473	2.582.030

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299	14.315	2.338.614
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299	14.315	2.338.614
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.186	-327.186	0	0	0	0	1.711	1.711
5.04.01	Aumentos de Capital	327.186	-327.186	0	0	0	0	1.711	1.711
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.415	-8.597	9.818	370	10.188
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.389	0	13.389	370	13.759
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	5.026	-8.597	-3.571	0	-3.571
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.869.192	18.415	-469.123	2.334.117	16.396	2.350.513

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	660.653	583.280
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	656.645	577.869
7.01.02	Outras Receitas	7.718	2.834
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.710	2.577
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-142.746	-187.840
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-45.211	-95.664
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.125	-16.064
7.02.04	Outros	-75.410	-76.112
7.03	Valor Adicionado Bruto	517.907	395.440
7.04	Retenções	-55.925	-48.525
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.042	-11.407
7.04.02	Outras	-40.883	-37.118
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	461.982	346.915
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	127.225	72.284
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	51.415	39.395
7.06.02	Receitas Financeiras	75.810	32.889
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	589.207	419.199
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	589.207	419.199
7.08.01	Pessoal	153.807	153.179
7.08.01.01	Remuneração Direta	74.805	73.996
7.08.01.02	Benefícios	14.838	15.575
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.573	6.601
7.08.01.04	Outros	57.591	57.007
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	187.065	146.257
7.08.02.01	Federais	184.379	145.088
7.08.02.02	Estaduais	351	770
7.08.02.03	Municipais	2.335	399
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.453	106.374
7.08.03.02	Aluguéis	3.353	2.804
7.08.03.03	Outras	69.100	103.570
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	175.882	13.389
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	175.882	13.389

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

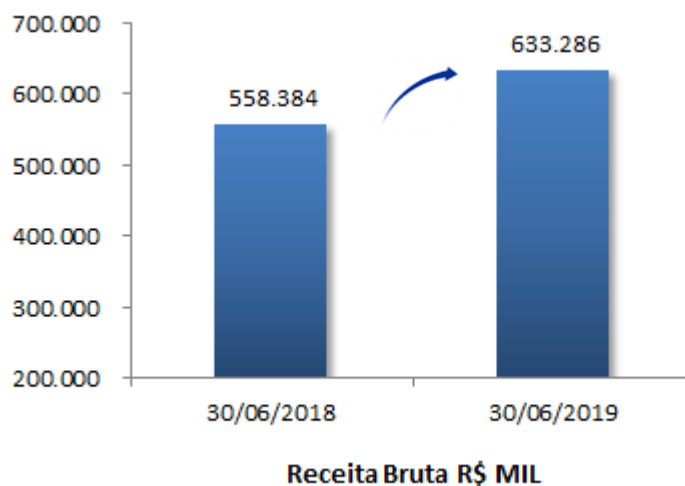
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018

	30/06/2019	30/06/2018	Δ %
Receita Operacional Bruta.....	633.286	558.384	13,41
Deduções da Receita Operacional.....	(116.904)	(103.342)	13,12
Receita Operacional Líquida.....	516.382	455.042	13,48
Custo do Serviço de Energia Elétrica.....	(266.585)	(314.862)	(15,33)
Custo com Energia Elétrica.....	(45.211)	(95.664)	(52,74)
Custo de Operação.....	(221.374)	(219.198)	0,99
Lucro Operacional Bruto.....	249.797	140.179	78,20
Despesas Operacionais.....	(81.066)	(79.990)	1,35
Outras Receitas.....	11.449	6.000	90,83
Outras Despesas.....	(2.795)	(3.166)	(11,73)
Resultado do Serviço.....	177.385	63.024	181,46
Depreciação e Amortização.....	15.222	11.592	31,32
Resultado de Participações Societárias.....	41.207	43.818	(5,96)
EBITDA.....	192.607	74.615	158,13
Margem EBITDA.....	37,30%	16,40%	127,47
Receita/Despesa Financeira.....	6.751	(70.654)	(109,56)
IR e CS.....	(48.697)	(23.169)	110,18
Resultado Líquido do Período.....	176.646	13.019	1.256,87

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta é valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT encerrou o mês de junho de 2019 com uma receita operacional bruta de R\$633.286 milhões, variação de 13,41%, superior ao registrado no mesmo período do ano anterior que foi de R\$558.384 milhões.



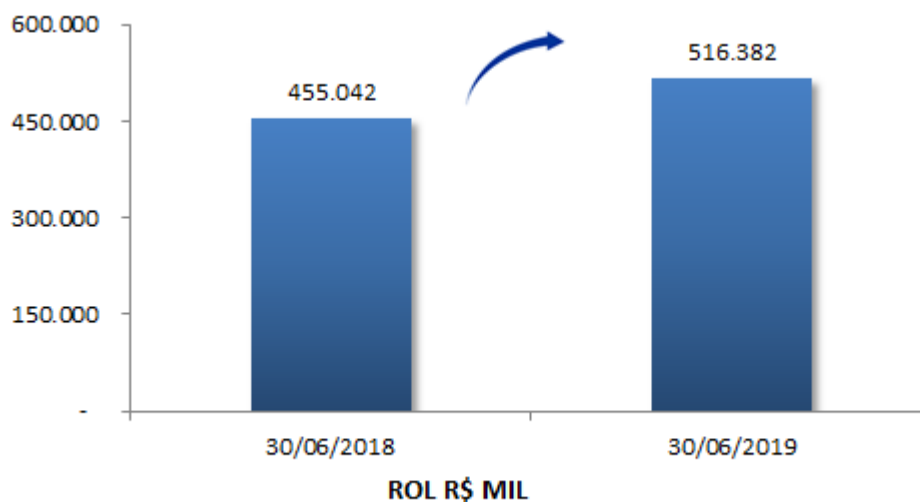
Comentário do Desempenho

Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional são os valores deduzidos diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre venda e os encargos intrassetoriais. As deduções da receita operacional em junho de 2019 totalizaram R\$116.904, com variação de 13,12% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior que foi de R\$103.342.

Receita Operacional Líquida - ROL

A ROL é basicamente o faturamento deduzido de encargos e tributos, tais como os impostos sobre venda e os encargos intrassetoriais. A receita líquida em junho de 2018 foi de R\$455.042 milhões, já em junho de 2019 foi de R\$516.382 milhões, refletindo uma margem de 13,48%.



Custo do Serviço de Energia Elétrica

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços e se divide em Custo com Energia Elétrica e Custo de Operação. Observa-se que 2019 o Custo do Serviço de Energia Elétrica sofreu uma redução de 15,33% passando de R\$314.862 em junho de 2018 para R\$266.585 em junho de 2019, sendo que o Custo de Energia Elétrica comprada para revenda o item de maior impacto.

- Custo com Energia Elétrica: O custo com energia elétrica reduziu em 52,74% passando de R\$95.664 milhões em junho de 2018 para R\$45.211 milhões em junho de 2019. Esta redução deve-se principalmente a redução de Energia Elétrica Comprada para Revenda.
- Custo de Operação: O custo de operação apresentou um acréscimo de 0,99% resultando em junho de 2019 no valor de R\$221.374 milhões em comparação ano anterior no qual o custo era de R\$219.198 milhões. Esta variação é explicada pelo aumento nas rubricas de Pessoal e Serviço de Terceiros.

As despesas operacionais são os gastos para a manutenção da atividade da empresa, inclui as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais.

Comentário do Desempenho

EBITDA

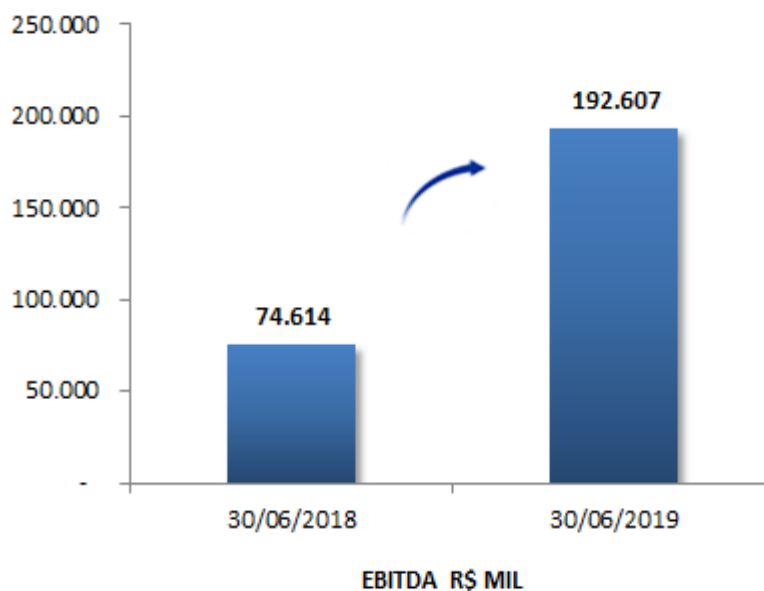
A composição do EBITDA de 30 de junho de 2019, bem como do mesmo período do ano anterior é de:

	30/06/2019	30/06/2018
Receita Operacional Líquida	516.382	455.042
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(266.585)	(314.862)
(-) Despesas/Receitas Operacionais (*)	(72.412)	(77.156)
= Resultado Operacional	177.385	63.023
(+) Depreciação/Amortização	15.222	11.592
EBTIDA	192.607	74.614
Margem EBTIDA	37,30%	16,40%

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

Em linhas gerais o EBTIDA representa o quanto à empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, é o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

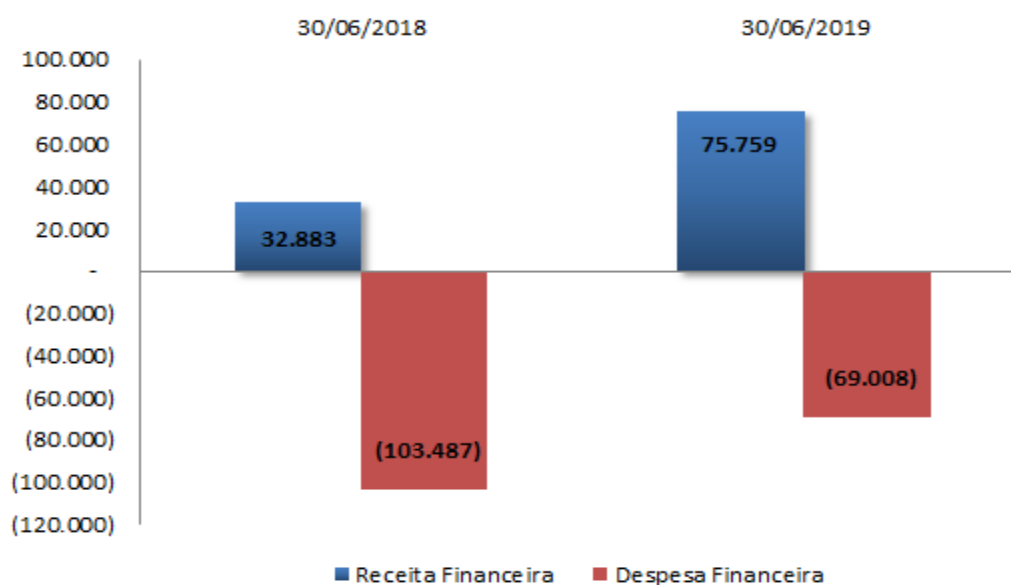
Em junho de 2019 houve um acréscimo de 123,44% no indicador EBITDA em comparação ao mesmo período do ano anterior. A margem do EBITDA apresentou acréscimo, passando de 16,40% em junho de 2018 para 37,30% em junho de 2019.



Comentário do Desempenho

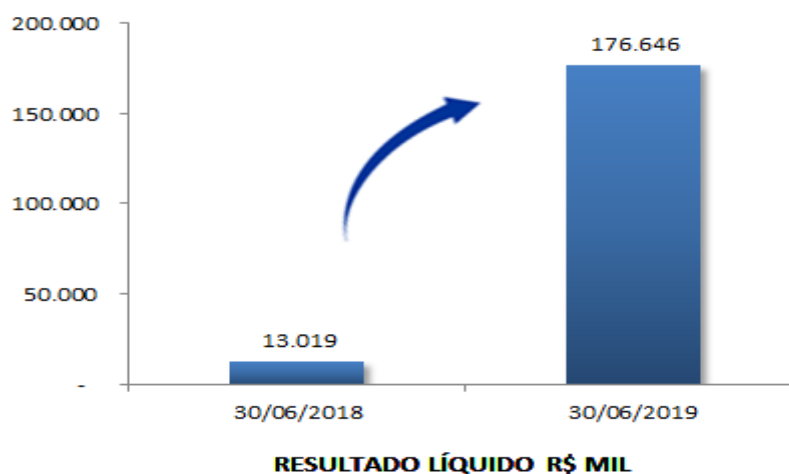
Resultado Financeiro

- Receita Financeira – No mês de junho de 2019, as receitas somaram R\$75.759 milhões, ocorrendo um acréscimo de 130,74% se comparadas com o mesmo período do ano anterior, no qual as receitas somavam R\$32.833 milhões, devido principalmente à variação cambial.
- Despesa Financeira – reduziu em 33,32%, passando de R\$103.487 milhões em junho de 2018 para R\$69.008 milhões em junho de 2019, devido principalmente à Variação Monetária e Cambial dos Empréstimos e Financiamentos e também a Despesa Financeira de Recontabilizações CCEE.



Resultado do Período

O resultado do período é obtido pela diferença entre todas as receitas e todas as despesas do período. Como consequência da combinação de todos os efeitos anteriormente mencionados, o lucro líquido em 30 de junho de 2019 alcançou R\$176.646 milhões, apresentando um aumento de 1.256,83% em relação ao mesmo período de 2018.



Notas Explicativas

Balço Patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	266.850	182.196	267.868	186.601
Investimentos em Títulos do Governo	10	113.571	102.734	113.571	102.734
Concessionárias e Permissonárias	6	96.758	101.333	98.343	101.551
Tributos a Recuperar	7	1.716	22.117	1.878	22.279
Estoques	8	20.318	27.509	20.318	27.509
Ativo de Concessão - Contratual.....	12	116.395	116.890	119.345	117.489
Ativo de Concessão - Financeiro.....	13	282.770	282.770	282.770	282.770
Pagamentos Antecipados	14	1.192	1.075	1.315	1.107
Investimentos Mantidos para Venda.....	15	489.392	445.567	489.392	445.567
Outros Créditos a Receber	9	84.486	121.434	70.520	109.703
		<u>1.473.449</u>	<u>1.403.624</u>	<u>1.465.320</u>	<u>1.397.309</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Tributos a Recuperar	7	6	6	6	6
Aplicações Financeiras	5	7	9	7	9
Depósitos Judiciais	11	48.397	45.722	73.887	70.682
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	16.8	103.116	78.068	35.040	12.500
Ativo de Concessão - Contratual.....	12	814.229	772.424	1.086.023	1.040.993
Ativo de Concessão - Financeiro.....	13	1.324.824	1.412.735	1.324.824	1.412.735
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda		2.103	2.104	2.103	2.104
Outros Créditos a Receber	9	377.014	377.251	466.013	478.916
Investimentos	16	315.799	325.065	(35.826)	(37.260)
Investimentos.....		440.298	449.564	88.673	87.239
(-) Provisão para Perda.....		(124.499)	(124.499)	(124.499)	(124.499)
Imobilizado	17	536.590	542.917	671.221	677.480
Intangível	18	38.682	42.696	39.060	43.074
		<u>3.560.767</u>	<u>3.598.996</u>	<u>3.662.359</u>	<u>3.701.239</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>5.034.216</u>	<u>5.002.621</u>	<u>5.127.679</u>	<u>5.098.548</u>
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	19	40.826	137.197	47.059	142.923
Obrigações Trabalhistas	20	36.403	35.761	36.408	35.773
Obrigações Fiscais	21	27.875	27.439	30.322	29.979
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	39.466	38.984	39.466	38.984
Provisão para Benefícios a Empregados	23	131.414	137.355	131.414	137.355
Obrigações da Concessão	24	53.566	59.762	53.566	59.762
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	25	34.578	37.148	34.578	37.148
Outros Passivos	26	20.970	43.892	25.007	49.154
Dividendos Obrigatórios.....		140.732	140.806	140.732	140.806
		<u>525.830</u>	<u>658.344</u>	<u>538.552</u>	<u>671.885</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	525.359	548.359	525.359	548.359
Provisão para Benefícios a Empregados	23	934.059	943.113	934.059	943.113
Obrigações Fiscais	21	-	-	6.204	6.528
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	25	169.073	149.818	171.794	152.539
Obrigações da Concessão	24	17.090	14.371	17.090	14.371
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27	234.648	257.595	234.648	257.595
Outros Passivos	26	60.837	58.441	117.180	115.341
		<u>1.941.066</u>	<u>1.971.697</u>	<u>2.006.334</u>	<u>2.037.845</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	28.1	915.633	915.633	915.633	915.633
Outros Resultados Abrangentes	28.2	(493.692)	(487.463)	(493.692)	(487.463)
Reserva Legal.....	28.3.1	31.176	31.176	31.176	31.176
Reserva Estatutária.....	28.3.4	62.353	62.354	62.353	62.354
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído.....	28.3.3	841.576	841.576	841.576	841.576
Reserva de Incentivos Fiscais	28.5	1.009.304	1.009.304	1.009.304	1.009.304
Lucros (Prejuízos) Acumulados		200.970	-	200.970	-
		<u>2.567.320</u>	<u>2.372.580</u>	<u>2.567.320</u>	<u>2.372.580</u>
Participação dos não controladores		-	-	15.473	16.238
		<u>2.567.320</u>	<u>2.372.580</u>	<u>2.582.793</u>	<u>2.388.818</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>5.034.216</u>	<u>5.002.621</u>	<u>5.127.679</u>	<u>5.098.548</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota Explicativa	CONTROLADORA				CONSOLIDADO				
	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	
			Reapresentado	Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	238.201	516.382	235.697	455.041	253.053	539.442	249.749	474.439
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(136.623)	(266.585)	(150.510)	(314.862)	(145.926)	(299.138)	(161.781)	(328.571)
Custo com Energia Elétrica	31	(22.992)	(45.211)	(22.692)	(95.664)	(22.992)	(45.211)	(22.692)	(95.664)
Custo de Operação	32	(113.631)	(221.374)	(127.818)	(219.198)	(122.934)	(253.927)	(139.089)	(232.907)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		101.578	249.797	85.187	140.179	107.127	240.304	87.968	145.868
Despesas Operacionais		(36.092)	(81.066)	(54.359)	(79.990)	(36.739)	(82.317)	(54.769)	(80.803)
Outras Receitas	33	6.841	11.449	3.155	6.000	6.841	11.449	3.156	6.000
Outras Despesas	33	(1.517)	(2.795)	(2.080)	(3.166)	(1.517)	(2.795)	(2.080)	(3.166)
RESULTADO DO SERVIÇO		70.811	177.385	31.903	63.023	75.713	166.641	34.275	67.898
Resultado de Participações Societárias		24.831	41.207	19.901	43.818	20.470	51.415	17.693	39.395
Resultado Financeiro, Líquido	34	9.348	6.751	(64.142)	(70.654)	9.310	6.722	(64.149)	(70.681)
Resultado Operacional		104.989	225.343	(12.338)	36.187	105.493	224.778	(12.180)	36.613
RESULTADO ANTES DO IR E CS		104.989	225.343	(12.338)	36.187	105.493	224.778	(12.180)	36.613
Imposto de Renda Corrente	35	(24.174)	(50.421)	(18.023)	(29.922)	(24.261)	(50.548)	(18.007)	(29.922)
Imposto de Renda Diferido	35	7.370	14.974	6.527	13.092	7.370	14.974	6.525	13.091
Contribuição Social Corrente	35	(8.943)	(18.640)	(6.660)	(11.051)	(8.992)	(18.713)	(6.704)	(11.106)
Contribuição Social Diferida	35	2.653	5.391	2.349	4.713	2.653	5.391	2.346	4.713
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		81.896	176.646	(28.146)	13.019	82.263	175.882	(28.020)	13.389
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	29	8,46	18,25	-2,91	1,34	8,50	18,17	-2,89	1,38
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	29	8,46	18,25	-2,91	1,34	8,50	18,17	-2,89	1,38
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		-	-	-	-	81.896	176.646	(28.146)	13.019
Atribuído ao Acionista Não Controlador		-	-	-	-	367	(764)	126	370

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota Explicativa	CONTROLADORA				CONSOLIDADO				
	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	
	LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	81.896	176.646	(28.146)	41.628	82.263	175.882	(28.020)	13.389
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	8.019	11.819	(9.108)	(5.280)	8.019	11.819	(9.108)	(5.280)	
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10	10.523	16.183	(11.953)	(6.929)	10.523	16.183	(11.953)	(6.929)
Venda de Títulos do Governo	10	-	(673)	-	-	-	(673)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	10	(2.504)	(3.691)	2.845	1.649	(2.504)	(3.691)	2.845	1.649
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		89.915	188.465	(37.254)	36.348	90.282	187.701	(37.128)	8.109
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora						89.915	188.465	(37.254)	36.348
Atribuído ao Acionista Não Controlador						367	(764)	126	(28.239)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota Explicativa	CONTROLADORA									CONSOLIDADO		
	Capital Social Integrado	Reserva de Lucro						Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
		Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva		Reserva Estatutária	Reserva Lucros a Realizar	Reserva Dividendos não Distribuídos					
			Reserva Legal	Reserva não Distribuídos								
Saldos em 31/12/2017	588.447	327.186	1.009.304	20.415	604.136	40.832	194.505	-	(460.526)	2.324.299	14.315	2.338.614
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	13.019	-	13.019	370	13.389
Integralização de capital	327.186	(327.186)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.711	1.711
Outros resultados abrangentes												
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	-	-	(6.929)	(6.929)	-	(6.929)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	-	-	1.649	1.649	-	1.649
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	(5.280)	(5.280)	-	(5.280)
Ajuste de Avaliação Patrimonial												
Realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	5.026	(5.026)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	-	1.709	1.709	-	1.709
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	5.026	(3.317)	1.709	-	1.709
Saldos em 30/06/2018	915.633	-	1.009.304	20.415	604.136	40.832	194.505	18.045	(469.123)	2.333.747	16.396	2.350.143

Nota Explicativa	CONTROLADORA						CONSOLIDADO			
	Capital Social Integrado	Reserva de Lucro				Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
		Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva		Reserva Estatutária					
			Reserva Legal	Reserva não Distribuídos						
Saldos em 31/12/2018	915.633	1.009.304	31.176	841.576	62.354	-	(487.463)	2.372.580	16.238	2.388.818
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	176.646	-	176.646	(765)	175.881
Outros resultados abrangentes										
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	15.510	15.510	-	15.510
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	(3.691)	(3.691)	-	(3.691)
Efeitos do CPC 47		-	-	-	-	19.575	(19.575)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre RBSE (CPC 47)		-	-	-	-	-	4.659	4.659	-	4.659
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	19.575	(3.697)	16.478	-	16.478
Ajuste de Avaliação Patrimonial										
Realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	4.749	(4.749)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	1.617	1.617	-	1.617
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	4.749	(3.132)	1.617	-	1.617
Saldos em 30/06/2019	915.633	1.009.304	31.176	841.576	62.354	200.970	(493.692)	2.567.320	15.473	2.582.793

Notas Explicativas

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
			Reapresentado		Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		176.646	13.019	175.882	13.379
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa					
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo		(6.098)	61.663	(6.098)	61.663
Encargos de Dívidas Provisionados.....		12.753	9.107	12.753	9.107
Depreciação e Amort. de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	31	15.549	12.218	15.549	12.218
Resultado de Equivalência Patrimonial		(41.207)	(43.818)	(51.415)	(39.386)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras		65.024	29.369	65.024	29.369
Constituição de Provisão Para Perda Estimada com Créd. de Liquidação Duvidosa	31	3.710	(2.577)	3.710	(2.577)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(20.262)	(17.805)	(20.262)	(17.805)
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível		49	1.831	49	1.831
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	10	(5.192)	(6.647)	(5.192)	(6.647)
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE		53.590	81.453	53.590	81.453
Outros		-	-	2.686	(3.739)
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES		254.562	137.813	246.276	138.866
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante					
		72.263	(6.118)	70.274	(31.074)
Concessionárias e Permissonárias		865	34.612	865	34.629
Tributos a Recuperar		20.401	(33.153)	20.401	(33.164)
Estoques		7.191	(9.974)	7.191	(9.974)
Dividendos Recebidos.....		6.514	3.753	6.514	3.753
Investimentos em Títulos do Governo		9.886	-	9.886	-
Pagamentos Antecipados		(117)	-	(209)	-
Contas a Receber		-	8.056	-	8.080
Depósitos Judiciais		(2.675)	(12.949)	(3.205)	(37.952)
Ativo Financeiro - RBSE		34.321	28.609	34.321	28.609
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	(41.320)	-	(41.320)
Ativo Contratual		(41.310)	(10)	(41.310)	(10)
Bens e Direitos Destinados à Alienação		1	16.078	1	16.078
Outros Créditos a Receber		37.184	180	35.817	197
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante					
		(194.388)	22.871	(194.759)	2.553
Fornecedores		(96.371)	(7.292)	(96.357)	(10.719)
Obrigações Trabalhistas		642	4.228	635	4.223
Obrigações Estimadas.....		-	-	37	10
Obrigações Fiscais		436	36.455	19	34.301
Provisão para Benefícios a Empregados		(63.334)	(13.852)	(63.334)	(13.852)
Obrigações da Concessão		(3.477)	3.306	(3.477)	3.306
Pagamento de Encargos de Dívidas		(11.684)	(8.604)	(11.684)	(8.604)
Dividendos Obrigatórios.....		(74)	-	(74)	-
Outros Passivos		(20.526)	8.630	(20.524)	(6.112)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS		132.437	154.566	121.791	110.345
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(30.294)	(56.424)	(38.624)	(106.949)
Aumento de Investimentos		10	(48.410)	10	(48.410)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado		(4.739)	-	(13.069)	(14.325)
Aquisição de Ativo Intangível		(517)	(11.934)	(517)	(11.934)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		(25.048)	3.920	(25.048)	(32.280)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Caixa Líquido Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamento		(17.489)	97.557	(1.900)	190.379
Incremento de Empréstimos e Financiamentos		-	110.175	-	110.175
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos		(17.489)	(12.618)	(17.489)	(12.618)
Partes Relacionadas.....		-	-	15.589	41.971
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		84.654	195.699	81.267	193.775
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	182.196	281.576	186.601	285.333
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	266.850	477.275	267.868	479.108

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Demonstração do Valor Adicionado
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
			Reapresentado		Reapresentado
RECEITAS					
Receita Operacional Bruta	28	633.286	558.384	656.645	577.869
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	30	(3.710)	2.577	(3.710)	2.577
Outras Receitas e Despesas		7.718	2.834	7.718	2.834
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(109.585)	(173.797)	(142.746)	(187.840)
Material	30	96	(559)	96	(559)
Serviços de Terceiros	30	(19.946)	(15.109)	(22.221)	(15.505)
Custo de Energia Comprada	29	(45.211)	(95.664)	(45.211)	(95.664)
Outros Custos Operacionais	30	(686)	(1.341)	(686)	(1.341)
Custo de Construção	30	(48.990)	(53.566)	(68.404)	(67.152)
Outras Despesas Operacionais	30	5.152	(7.561)	(6.320)	(7.622)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		527.708	389.998	517.907	395.440
(-) Depreciação e Amortização	30	(15.042)	(11.407)	(15.042)	(11.407)
(-) Provisões	30	(40.883)	(37.119)	(40.883)	(37.119)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		471.783	341.473	461.982	346.915
(+) Resultado de Participações Societárias		41.207	43.818	51.415	39.395
(+) Receitas Financeiras	32	75.759	32.833	75.810	32.889
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		588.749	418.123	589.207	419.199
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		153.217	152.771	153.807	153.179
Remuneração Direta		74.222	73.593	74.805	73.996
Benefícios		14.831	15.570	14.838	15.575
Plano de Benefícios Previdenciais		52.558	52.058	52.558	52.058
Compromissos Previdenciais		5.033	4.949	5.033	4.949
F.G.T.S.		6.573	6.601	6.573	6.601
Impostos, Taxas e Contribuições		186.526	146.057	187.065	146.257
Federais		183.840	144.888	184.379	145.088
Estaduais		351	770	351	770
Municipais		2.335	399	2.335	399
Remuneração de Capitais de Terceiros		72.360	106.276	72.453	106.374
Aluguéis	30	3.352	2.790	3.352	2.804
Despesas Financeiras	32	69.008	103.486	69.100	103.570
Remuneração de Capitais Próprios		176.646	13.019	175.882	13.389
Lucro Líquido do Exercício		176.646	13.019	175.882	13.389
TOTAL		588.749	418.123	589.207	419.199

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Notas Explicativas

às Informações Trimestrais
em 30 de Junho de 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (Companhia) com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 26 de novembro de 2006. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção (geração) e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

No segmento de transmissão, a CEEE-GT exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. Em janeiro de 2014 a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a sócia Zhejiang United Engineering CO Ltda, transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-GT. Ainda no exercício de 2014 foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$25.000, durante o exercício de 2015 foi integralizado o montante de R\$9.947 e no exercício de 2016 totalizaram R\$176.710 e integralizados pela CEEE-GT na Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 92,63% do capital integralizado.

No segmento de geração, a CEEE-GT também exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme descrito na nota explicativa nº 16.2.

1.1. Das Concessões

1.1.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro possibilitando a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Em atendimento à legislação, em 04/12/2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos.

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei 12.783/13, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia para o regime de cotas.

Notas Explicativas

Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
							Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, ficou delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, sendo que, em paralelo, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões, em especial no que se refere à indenização dos investimentos ainda não depreciados inerentes às usinas renovadas. Vide nota explicativa nº 17.

1.1.1.1. Aspectos Regulatórios

a) Repactuação do Risco Hidrológico

As condições hidrológicas adversas ocorridas nos últimos anos, somada às decisões operativas e a outros fatores que influenciam no despacho da geração pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), afetaram financeiramente os agentes hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que, ao não conseguirem entregar energia suficiente para honrar seus contratos, ficaram expostos ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no Mercado de Curto Prazo (MCP).

Notas Explicativas

Ao longo de 2015, a Companhia, com o objetivo de se proteger financeiramente dos valores a ela atribuídos a título de risco hidrológico, bem como do rateio dos valores proveniente de outros agentes protegidos judicialmente, ingressou com ação judicial e obteve decisão liminar, com efeitos a partir de março de 2015, limitando a redução, via Fator de Ajuste do MRE (GSF), a 5% da Garantia Física das usinas modeladas no perfil da CEEE-GT junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e que não foram objeto de renovação das Concessões prevista na Lei nº 12.783/2013.

A Lei nº 13.203, publicada em 9 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa ANEEL nº 684, publicada em 14 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes participantes do MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015. A referida regulamentação apresentou propostas distintas para a energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), porém ambas tinham como condição para a repactuação a retirada de qualquer ação judicial relativa ao tema, com resolução de mérito. Devido à característica do portfólio de contratos de venda de energia em 2015, a Companhia teve quase que a totalidade de sua energia remetida à modalidade de repactuação no ACL, cuja proposta se caracteriza pela contratação de energia de reserva. Em janeiro de 2016 a Administração decidiu por não aderir à proposta, mantendo a ação judicial em curso.

Em 2017, nos meses de abril e setembro, a Companhia teve decisões desfavoráveis em relação a sua liminar judicial, fato que culminou na reversão dos seus efeitos históricos em janeiro de 2018, a partir de deliberação do Conselho de Administração da CCEE. Judicialmente a Companhia conquistou nova liminar judicial, a qual possibilitou que a Companhia pague 5% da dívida ao mês, desonerando-a de todos os eventuais ônus e sanções relacionados ao não aporte da garantia financeira e não pagamento do respectivo débito em sua totalidade. A dívida foi quitada no mês de junho de 2019.

1.1.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579, ficando delineado o montante de R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000, relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI.

Ainda, no que tange as instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL. Informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 13.

Notas Explicativas

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/13), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Companhia até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

1.2. Desestatização

Em 02 de julho de 2019, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações ao lado de outras medidas, busca a ampliação de receitas e são condicionantes para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Desta forma está autorizada a alienação ou transferência da participação societária, seus ativos e inclusive o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na holding e suas subsidiárias, nas formas estabelecidas no art.3º da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995. O processo ocorrerá no âmbito do acordo de cooperação técnica firmado entre com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem vasta experiência em privatizações e fará a modelagem dos projetos que irão a leilão.

Notas Explicativas

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Estas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As Informações Trimestrais Compreendem:

a) *Informações Trimestrais Individuais*

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

b) *Informações Trimestrais Consolidadas*

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, identificadas como "Consolidado", estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. E, quando aplicável, as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

3.1.1. Autorização e Emissão das Informações Trimestrais

A Administração da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 12/08/2019.

3.1.2. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.3. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.1.4. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados. Vide nota explicativa nº 29.

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real.

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisões para Perda estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre suas rubricas de contas a receber alinhada às expectativas da administração quando existem incertezas quanto ao recebimento da contraprestação esperada. As estimativas são construídas a partir da análise do histórico de inadimplência dos últimos 24 meses, com o intuito de identificar possíveis evidências significativas no aumento do risco de crédito para as carteiras dos diversos instrumentos contratuais.

Desta forma, a Companhia considera que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Notas Explicativas

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para definição do valor justo, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

A taxa aplicada ao Ativo Financeiro da Concessão é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio.

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

Ativo Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis.

Notas Explicativas

3.3. Procedimento de Consolidação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e das suas controladas a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

Empresas Controladas	% de Participação	
	30/06/2019	31/12/2018
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB	92,63%	90,40%
2 - Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
3 - Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
4 - Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais individuais e consolidadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 17 de abril de 2019.

4.1 Reapresentação dos Saldos Comparativos

Em consequência à adoção do CPC 47/ IFRS 15 no exercício de 2018, a Companhia está reapresentando sua Demonstração do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e respectivas notas explicativas aplicáveis às informações trimestrais do período findo em 30 de junho de 2018:

Demonstração do Resultado (Trimestre - 01.04.2018 a 30.06.2018)

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação
	30/06/2018	CPC 47	30/06/2018	30/06/2018	CPC 47	30/06/2018
Receita Operacional	303.461	(15.580)	287.881	316.923	(14.946)	301.977
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	251.277	-	235.697	264.695	-	249.749
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	100.767	-	85.187	103.550	(634)	87.970
RESULTADO DO SERVIÇO	47.482	-	31.902	49.856	-	34.276
Resultado Operacional	3.242	-	(12.338)	3.400	-	(12.180)
RESULTADO ANTES DO IR E CS	3.242	-	(12.338)	3.400	-	(12.180)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(12.566)	-	(28.146)	(12.436)	-	(28.016)

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado (Acumulado - 01.01.2018 a 30.06.2018)

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação
	30/06/2018	CPC 47	30/06/2018	30/06/2018	CPC 47	30/06/2018
Receita Operacional	586.993	(28.609)	558.384	605.844	(27.975)	577.869
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	483.650	-	455.041	502.414	-	474.439
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	168.788	-	140.179	174.476	(634)	145.867
RESULTADO DO SERVIÇO	91.632	-	63.023	96.507	-	67.898
Resultado Operacional	64.796	-	36.187	65.222	-	36.613
RESULTADO ANTES DO IR E CS	64.796	-	36.187	65.221	-	36.612
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	41.628	-	13.019	41.998	-	13.389

Demonstração de Fluxo de Caixa

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação
	30/06/2018	CPC 47	30/06/2018	30/06/2018	CPC 47	30/06/2018
Lucro Líquido do Exercício	41.628	(28.609)	13.019	41.998	(28.609)	13.389
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	166.422	(28.609)	137.813	167.475	(28.609)	138.866
Ativos Financeiro - RBSE	-	28.609	28.609	-	28.609	28.609
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	154.566	-	154.566	110.345	-	110.345

Demonstração do valor Adicionado

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação
	30/06/2018	CPC 47	30/06/2018	30/06/2018	CPC 47	30/06/2018
Receitas						
Receita Operacional Bruta	586.993	(28.609)	558.384	606.478	(28.609)	577.869
Valor Adicionado a Distribuir	447.379	(28.609)	418.770	448.455	(28.609)	419.846
Distribuição do Valor Adicionado	447.379	(28.609)	418.770	448.455	(28.609)	419.846
Remuneração de Capital Próprio						
Lucro Líquido do Exercício	41.628	(28.609)	13.019	41.998	(28.609)	13.389

4.2. Novas normas e interpretações

4.2.1. Principais alterações nas normas contábeis – Vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019.

4.2.1.1 IFRS 16 Leases (CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil)

i) Interpretação e aplicação

O IASB emitiu a Norma IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de *leases* (arrendamentos). Chancelando as considerações deste *report*, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis promoveu a revisão do seu Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1), que passou a contar com sua versão (R2), estando vigente a partir de 01 de janeiro de 2019. O princípio norteador desta nova normativa diz respeito ao reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso de um bem objeto do contrato de arrendamento.

Notas Explicativas

A Companhia realizou levantamento em todos os seus contratos com características de arrendamentos, com a finalidade de avaliar o impacto de adoção da nova norma e divulgou o mesmo nas suas demonstrações financeiras do exercício de 2018.

No levantamento dos contratos foram ponderados alguns pré-requisitos para o registro como ativo e passivo de direito de uso, sendo eles:

- a) a identificação de um ativo exclusivo no contrato de arrendamento, o qual o arrendador não tenha o direito de substituição;
- b) o arrendatário obtém substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante todo o período de uso;
- c) o direito do arrendatário em direcionar a finalidade de utilização do ativo durante todo o período de uso.
- d) o período de arrendamento é superior a doze meses; e
- e) o arrendamento não é de pequeno valor.

ii) Mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento

Para cada contrato escopo da nova norma contábil, a Companhia adotou a metodologia de fluxo de caixa descontado, com o objetivo de identificar o valor presente dos ativo e passivo a serem registrados pelo direito de uso em 1º de janeiro de 2019. Foram considerados no fluxo de caixa os valores mensais das parcelas fixadas no contrato, pelo período de janeiro de 2019 até o último período contratual, sendo considerados os reajustes anuais que ocorrem por IGP-M.

Os fluxos de caixa foram ajustados a valor presente pela taxa incremental de empréstimos e financiamentos, sendo aquela que representa o custo real das suas últimas consultas para captações no mercado financeiro. A Companhia considerou como adequada a taxa (% CDI + 3,25% a.a) convertidas para taxa efetiva mensal.

iii) Impactos da adoção

Considerando que os valores da adoção da IFRS16 para a Companhia são imateriais frente aos valores das suas demonstrações contábeis, a Administração decidiu por não fazer os registros advindos da adoção da nova norma, aproveitando o julgamento da materialidade, este bem apontado pela CVM em seu Ofício-Circular Nº 01/2019.

A Administração da Companhia conclui que, a partir da aplicação da nova norma IFRS/16, além do reconhecimento dos ativo e passivo do direito de uso, que até então não eram registrados pela norma anteriormente vigente, ocorrerá o deslocamento de parte do custo do contrato do resultado operacional para o resultado financeiro.

A Companhia apresenta a seguir os efeitos nas suas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2019, em uma hipótese de efetivação dos registros contábeis pertinentes à adoção da nova norma:

Efeitos 2º ITR 2019:

Em mil R\$

▲ Aumento	Ativo	Passivo	=	R\$ 3.088
▼ Redução	Gasto Operacional			R\$ 26
▲ Aumento	Despesa Financeira			R\$ 75
▼ Redução	Resultado Líquido			R\$ 48

Notas Explicativas

4.3..1.1 ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos para reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Neste contexto, a Companhia deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Numerário Disponível	5.1	2.042	1.161	2.318	1.632
Aplicações Financ. de Liq. Imediata - SIAC/BANRISUL	5.2	264.808	181.035	265.550	184.969
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		266.850	182.196	267.868	186.601
NÃO CIRCULANTE					
Fundo Bradesco Empresas		7	9	7	9
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		7	9	7	9

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$2.042 (R\$1.161 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$264.808 (R\$181.035 em 31 de dezembro de 2018) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Suprimento de Energia	21.108	20.707	21.108	20.707
Encargos de uso da Rede	81.009	84.910	82.594	85.128
Títulos de Crédito a Rebeber	555	501	555	501
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa ..	(6.732)	(4.785)	(6.732)	(4.785)
	96.758	101.333	98.343	101.551

6.1. Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$6.732 (R\$4.785 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			30/06/2019
	31/12/2018	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	
Suprimento de Energia	11	145	(145)	11
Encargos de uso da Rede	4.774	1.947	-	6.721
	4.785	2.092	(145)	6.732

Notas Explicativas

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	297	338	297	338
INSS a Compensar	411	400	411	400
IRPJ e CSLL a Compensar	277	283	277	283
IRPJ e CSLL Base Negativa	731	21.096	893	21.258
	<u>1.716</u>	<u>22.117</u>	<u>1.878</u>	<u>22.279</u>
NÃO CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	2	2	2	2
IRPJ e CSLL a Compensar	1	1	1	1
Outros Créditos a Compensar	3	3	3	3
	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>6</u>

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Estoque de Operação	20.814	28.025	20.814	28.025
(-) Provisão para Perdas	(496)	(516)	(496)	(516)
	<u>20.318</u>	<u>27.509</u>	<u>20.318</u>	<u>27.509</u>

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.1	10.162	9.555	10.162	9.555
Adiantamento a Fornecedores/Empregados.....		5.964	5.584	5.964	5.584
Aluguel de Postes e Serviços Prestados		17.621	13.717	17.621	13.717
Cedência de Funcionários	37	525	509	525	509
Conta Gráfica	9.2	-	2.437	-	2.437
Dividendos a Receber.....	9.3	20.320	38.072	20.320	38.072
Custos a Reembolsar.....	9.4	23.368	23.222	8.996	11.086
Outros Devedores		6.526	28.338	6.932	28.743
		<u>84.486</u>	<u>121.434</u>	<u>70.520</u>	<u>109.703</u>
NÃO CIRCULANTE					
Mútuo CEEE-D	9.5	373.149	373.240	373.149	373.240
Outros		3.865	4.011	92.863	105.676
		<u>377.014</u>	<u>377.251</u>	<u>466.012</u>	<u>478.916</u>

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$10.162 (R\$9.555 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características.

Notas Explicativas

9.2. Conta Gráfica

O valor de R\$2.437 em 31 de dezembro de 2018 refere-se aos saldos de cedência de funcionários e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR.

9.3. Dividendos a Receber

O valor de R\$20.320 (R\$38.072 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a dividendos declarados pelas investidas, compostos da seguinte forma: Chapecoense R\$8, TSLE R\$7.334, Etau R\$22, Complexo Eólico Povo Novo R\$17 e Enerfin R\$12.939.

9.4. Custos a Reembolsar

O valor de R\$23.368 (R\$23.222 em 31 de dezembro de 2018) refere-se aos contratos de prestação de serviços, os quais tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras, principalmente com as investidas Povo Novo e TESB.

9.5. Mútuo CEEE-D

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuaria) no valor de até R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato alterando o valor para R\$300.000 (trezentos milhões de reais) e mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho 1.384 de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$335.212 (trezentos e trinta e cinco milhões duzentos e doze mil).

Em 28 de setembro de 2017, através do Despacho 3.331, a ANEEL anuiu a celebração de Termo de Dação de Imóvel em Pagamento e Quitação Parcial do Contrato de Mútuo com a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas, CAENMF, pertencente a CEEE D, permitindo amortizar R\$293.869 (duzentos e noventa e três milhões, oitocentos e sessenta e nove mil reais) do Contrato de Mútuo. O referido Termo de Dação em Pagamento foi assinado em 23 de outubro de 2017.

Em 31 de julho de 2018, a ANEEL de acordo com o Despacho 1.716, anuiu à celebração do Contrato de Mútuo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE – D e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT, o qual teve como objeto o refinanciamento pelo prazo de 24 meses do saldo devedor do Contrato de Mútuo anterior firmado entre as empresas, correspondente a R\$ 72.282 (setenta e dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil reais) da data de 16 de abril de 2018. Posteriormente em 15 de agosto de 2018 a Agência Reguladora emitiu o Despacho 1.856, permitindo aditivo ao mútuo já existente, no valor de até R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), pelo prazo de 24 meses.

O saldo do contrato de Mútuo corrigido mensalmente pela CDI perfaz o montante de R\$373.149.

Notas Explicativas

Data do Evento	Histórico	Valor
25/05/2016	Contrato Repactuado	335.212
31/08/2018	Liberação Mútuo	100.000
30/09/2018	Liberação Mútuo	150.000
31/10/2018	Liberação Mútuo	50.000
30/06/2019	Parcelas Liberadas até 30/06/2019	635.212
30/06/2019	Atualização até 30/06/2019	72.419
30/06/2019	Parcelas Recebidas até 30/06/2019	(334.482)
NÃO CIRCULANTE		373.149

10. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Investimentos em Títulos do Governo	113.571	102.734	113.571	102.734
	113.571	102.734	113.571	102.734

10.1. Descrição

O saldo de R\$113.571 (R\$102.734 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à liquidação judicial do processo Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$ 1.209.304 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos da Companhia junto à Receita Federal do Brasil – RFB e junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN que totalizavam o montante de R\$55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$1.153.631, os quais foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a.
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012, 18/12/2012 e 17/12/2013 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranche para a Companhia no valor de R\$451.310, de R\$459.759 e de R\$365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.

Notas Explicativas

10.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como "Ativos Financeiros mantidos até o vencimento" levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrassetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

A Companhia considerou as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- a intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.
- as NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas a Concessionária não possui a intenção de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2035 e 2045.
- as NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

10.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a. calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

10.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2018	102.734	9.422	162	-	-
Atualização pela taxa efetiva.....	4.519	-	-	4.519	-
Valorização do valor justo	16.183	-	16.183	-	-
Venda do ativo financeiro.....	(7.330)	-	(673)	673	-
Juros Recebidos.....	(2.535)	-	-	-	-
Efeito tributário.....	-	4.250	(3.691)	-	(559)
Posição em 30/06/2019	113.571	13.672	11.981	5.192	(559)

Notas Explicativas

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Depósitos Judiciais.....	48.397	45.722	73.887	70.682
	48.397	45.722	73.887	70.682

O valor de R\$48.397 (R\$45.722 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 25).

12. ATIVO DE CONCESSÃO - CONTRATUAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Circulante	116.395	116.890	119.345	117.489
Não Circulante	814.229	772.424	1.086.023	1.040.993
	930.623	889.314	1.205.367	1.158.482

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002, no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e no Segundo termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 025/2000, a Administração aplica o modelo “financeiro” e reconhece os ativos do contrato pelo valor justo, considerando que a infraestrutura construída é recuperada por meio dos fluxos de caixa estabelecidos na RAP (Receita Anual Permitida) ou RAG (Receita Anual de Geração), a qual contempla os seguintes valores:

- I. receita para cobrir os custos de operação e manutenção (O&M) da infra-estrutura vinculada aos contratos de concessão; e
- II. receita para amortização do capital investido na infra-estrutura a serviço da concessão. Esta parcela de receita é definida mediante a metodologia do WACC (weighted average cost of capital), a qual estabelece a remuneração mínima para o investimento realizado.

Em 30 de junho de 2019, o valor de R\$930.623 é composto por R\$36.407, referente aos bens vinculados ao Contrato de Concessão nº 080/2002, por R\$788.611, referente ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$105.606 refere-se ao Contrato de Concessão nº 025/2000. O registro é demonstrado por seu valor líquido, deduzido da perda por valor recuperável para aquelas obras que não possuem Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL, uma vez que ainda não há homologação de receita para indenização destes investimentos em andamento.

Notas Explicativas

12.1. Movimento do Ativo de Concessão - Contratual

	CONSOLIDADO				Total
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011 TESB	
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	764.026	39.298	85.990	269.168	1.158.482
(+) Receita de Construção (Adições).....	27.948	-	21.017	8.262	57.227
(+) Receita Financeira.....	43.652	5.681	1.857	14.282	65.472
(-) Baixas.....	(766)	-	(18)	-	(784)
(-) Amortização do período.....	(46.254)	(8.572)	(3.240)	(6.263)	(64.329)
(-) Outros.....	5	-	-	(10.705)	(10.700)
Saldo em 30 de Junho de 2019	788.611	36.407	105.606	274.744	1.205.368
Em 30 de Junho de 2019 - Circulante	93.848	16.441	6.106	2.950	119.345
Em 30 de Junho de 2019 - Não Circulante	694.763	19.966	99.500	271.794	1.086.023

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNl), classificados como Ativo Contratual, é de R\$ 115.924.

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 080/2002, classificados como Ativo Contratual, é de R\$ 25.796

Os ativos do Contrato de Concessão de Geração nº 025/2000 alcançados pela Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, classificados como Ativo Contratual, tem sua receita anual de R\$ 115.197 definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.421/2018, contemplando o valor de R\$ 49.671 de receita adicional para a remuneração do capital e investimentos em melhorias que entraram em operação após a renovação da concessão.

De acordo com os Artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

12.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Companhia quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão Nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 1.1.2.1).

12.4. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Notas Explicativas

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

13. Ativo de Concessão - Financeiro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Circulante	282.770	282.770	282.770	282.770
Não Circulante	1.324.824	1.412.735	1.324.824	1.412.735
	<u>1.607.594</u>	<u>1.695.505</u>	<u>1.607.594</u>	<u>1.695.505</u>

O Montante de R\$1.607.594 (R\$1.695.505 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à parcela dos ativos de transmissão não depreciados e existentes em 31 de maio de 2000 pertencentes à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, os quais conforme previsão da Lei Nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, em seu §2º, art. 15º, são passíveis de indenização pela União.

Na sequência deste processo de indenização dos ativos vinculados à RBSE, a ANEEL divulgou a Resolução Normativa nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definindo os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. Nesse sentido, considerando os comandos da Resolução ANEEL, a CEEE-GT, em 27 de dezembro de 2013, enviou ao órgão regulador o cronograma para realização do laudo de avaliação que valoraria estes ativos considerando o critério de valor novo de reposição.

Foi concluído em 23 de março de 2015 o Relatório de Avaliação Patrimonial para Indenização da Rede Básica da CEEE-GT, elaborado pela Consultoria American Appraisal. O referido relatório foi entregue na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 29 de abril de 2015. Conforme a REN nº 589/13 no artigo 6º, a ANEEL tinha um prazo de 150 dias para validar as informações, sendo 30 dias contados a partir da data de protocolo para manifestar o aceite do laudo de avaliação enviado pela companhia e mais 120 dias a partir do aceite para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

Finalmente, conforme Despacho Nº 1.643 emitido pela ANEEL em 16 de junho de 2016, a CEEE-GT obteve como montante homologado de indenização pertinente aos ativos não totalmente depreciados e existentes em 31 de maio de 2000, o valor de R\$836.283, na data base de 31 de dezembro de 2012. Sendo que o valor bruto dos bens para fins de indenização (Valor Novo de Reposição - VNR) totalizou R\$ 2.741.278, conforme processo nº 48500.000805/2014-52.

Dentro deste contexto, foi emitida em 20 de abril de 2016 a Portaria Nº 120 MME, a qual estabeleceu que os valores homologados pela ANEEL a título dos ativos não depreciados em 31 de maio de 2000, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das transmissoras, sendo o custo de capital destes adicionados às suas Receitas Anuais Permitidas – RAP.

Notas Explicativas

Também determinou a Portaria, que o custo de capital destes ativos será reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, passando pelo reajuste e revisão conforme as regras previstas nos contratos de concessão, e deverá incorporar a RAP a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Além disso, a Portaria Nº 120 MME determinou que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária, deve ser atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio, real, do segmento de transmissão, definido pela ANEEL.

Em 10 de abril de 2017, foi proferida sentença judicial favorável à liminar conduzida pela ABRACE, ABIVIDRO e ABRAFE determinando que a ANEEL retirasse o custo de capital (ke) relativo ao período de 1º de janeiro de 2013 a 30 de junho de 2017 da parcela que compõe a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUSD, o que ocorreu por força dos normativos ANEEL Despacho 1.779/2017 e da Resolução Homologatória Nº 2.258/2018, com o apoio da Nota Técnica 183/2017, já com reflexo para o ciclo de RAP 2017/2018.

A Companhia entende que, por meio dos dispositivos regulatórios do setor elétrico, assim com as disposições do contrato de concessão, é indiscutível o direito de recebimento do custo de capital inserido nas parcelas de reintegração relativas ao período de janeiro de 2013 a junho de 2017 e, desta forma, os valores relativos ao custo de capital (ke) foram segregados em controle auxiliar do ativo financeiro, estando registrados pelo seu valor justo através de fluxo de caixa descontado pelo Wacc regulatório e sem qualquer atualização.

13.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	Contrato 055/2001 RBSE	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	1.695.505	1.695.505
(+) Receita Financeira.....	53.474	53.474
(-) Amortização do período.....	(141.385)	(141.385)
Saldo em 30 de Junho de 2019	1.607.594	1.607.594
Em 30 de Junho de 2019 - Circulante	282.770	282.770
Em 30 de Junho de 2019 - Não Circulante	1.324.824	1.324.824

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001 abrangidos pela Portaria Nº 120 MME, a qual estabeleceu que os valores homologados pela ANEEL a título dos ativos não depreciados em 31 de maio de 2000 (RBSE), classificados como Ativo Financeiro, é de R\$ 290.083, sendo R\$ 142.828 referente ao componente econômico e R\$ 147.255 ao componente financeiro.

14. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Pagamentos Antecipados.....	1.192	1.075	1.315	1.107
	1.192	1.075	1.315	1.107

O valor de R\$1.192 (R\$1.075 em 31 de dezembro de 2018), corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativo às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

Notas Explicativas

15. INVESTIMENTOS MANTIDOS PARA VENDA

Em 17 de setembro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o Plano de Desinvestimento em 06 ativos nos quais a Companhia possui participação minoritária em seu capital social, sendo eles: Companhia Energética Rio das Antas – CERAN, Chapecoense Geração S/A – CHAPECOENSE, Campos Novos Energia – ENERCAN, Fronteira Oeste Transmissora de Energia – FOTE, Transmissora Sul Litorânea de Energia – TSLE e Empresa de Transmissão Alto Uruguai – ETAU.

A Iniciativa de Venda desses Ativos faz parte da estratégia de potencializar o foco de realização nos investimentos atinentes aos Contratos de Concessão nativos da Companhia (Contrato de Concessão nº 055/2001, nº 025/2000 e nº 080/2002).

Neste ensejo, foram aprovados os preços mínimos de venda dos ativos e forma de alienação destas participações societárias, a qual será realizada por meio de Leilão, na B3 S.A – Brasil Bolsa, cujo edital foi originalmente publicado no 4º trimestre de 2018.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 06 de dezembro de 2018, o processo de desinvestimento instruído no âmbito do Edital do Leilão de Alienação nº 000001/2018 está suspenso pelo prazo necessário à avaliação sobre a pertinência de eventuais ajustes pela Administração.

A Companhia levou em consideração o Pronunciamento Técnico – CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda, e entendeu que em 30 de setembro de 2018 a participação nas sociedades Companhia Energética Rio das Antas – CERAN, Chapecoense Geração S/A – CHAPECOENSE, Campos Novos Energia – ENERCAN, Fronteira Oeste Transmissora de Energia – FOTE, Transmissora Sul Litorânea de Energia – TSLE e Empresa de Transmissão Alto Uruguai – ETAU atenderam aos parâmetros dispostos para classificação em Mantidos para Venda. Os Ativos Mantidos para Venda foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e seu valor justo diminuído das despesas de vendas.

Os ganhos ou perdas relativos às operações dos Ativos Mantidos para Venda estão demonstrados na nota explicativa 16.7 – Movimentação dos Investimentos. Não há ganhos ou perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes.

15.1 Participações Societárias Mantidas para Venda

	30/06/2019		31/12/2018
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Participação (%)
FOTE.....	128.325	49,00%	49,00%
TSLE.....	379.681	49,00%	49,00%
Ceran.....	120.000	30,00%	30,00%
Chapecoense.....	714.509	9,00%	9,00%
Enercan.....	200.787	6,51%	6,51%
Etau.....	34.895	10,00%	10,00%

15.2 Demonstrações Financeiras dos Investimentos Mantidos para Venda

	30/06/2019				
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Lucro (prejuízo) ajustado
FOTE.....	128.325	128.325	98.415	(4.595)	(4.595)
TSLE.....	379.861	420.525	420.525	(10.790)	(10.790)
Ceran.....	120.000	269.998	341.761	51.574	73.427
Etau.....	34.895	77.697	77.697	7.907	7.907
Chapecoense.....	714.509	1.125.278	1.164.457	135.676	174.856
Enercan.....	200.787	408.611	545.932	136.289	162.135

Notas Explicativas

15.3 Movimentação dos Investimentos Mantidos para Venda

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	Saldos em 31/12/2018	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 30/06/2019
FOTE.....	42.237	(6.225)	-	36.012
TSLE.....	194.817	6.586	-	201.403
Ceran.....	83.770	22.028	-	105.798
Chapecoense.....	87.486	15.737	-	103.223
Enercan.....	28.445	10.562	(3.908)	35.099
Etau.....	8.812	791	(1.746)	7.857
	<u>445.567</u>	<u>49.479</u>	<u>(5.654)</u>	<u>489.392</u>

16. INVESTIMENTOS

16.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.....	437.409	446.540	85.784	84.215
Avaliadas pelo método de custo.....	2.889	3.024	2.889	3.024
(-) Provisão Para Redução Ao Valor Recuperável.....	(124.499)	(124.499)	(124.499)	(124.499)
	<u>315.799</u>	<u>325.065</u>	<u>(35.826)</u>	<u>(37.260)</u>

16.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-GT estão classificados nos seguintes seguimentos de negócio:

Hídrico	Transmissão	Eólico
Jaguari	TESB TPAE	Ventos de Curupira Ventos de Povo Novo Ventos de Vera Cruz Palmares Ventos da Lagoa Ventos do Litoral Ventos do Sul Ventos dos Índios

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	30/06/2019		31/12/2018	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB.....	342.190	92,63%	342.190	92,63%
Ventos de Curupira.....	55.929	99,99%	55.929	99,99%
Ventos de Povo Novo.....	24.639	99,99%	24.639	99,99%
Ventos de Vera Cruz.....	62.759	99,99%	62.759	99,99%
Coligadas				
TPAE.....	38.146	20,00%	20.350	20,00%
Jaguari.....	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Palmares.....	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa.....	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral.....	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul.....	140.964	10,00%	140.964	10,00%
Ventos dos Índios.....	63.641	10,00%	63.641	10,00%

Notas Explicativas

16.3 Controladas

16.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. – TESB.

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão das seguintes Linhas e Subestações pelo prazo de 30 anos.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT.

Em 2016 a Companhia integralizou capital na investida no montante de R\$ 176,7 milhões, mediante a emissão de 176.710.061 novas ações, mantendo sua participação no empreendimento em 90,40%.

Durante o exercício de 2018 houve nova integralização por parte da CEEE-GT no montante de R\$ 86,02 milhões, mediante a emissão de 86.020.000 novas ações, sendo acompanhada pela acionista Procable e havendo cedência de quotas por parte da acionista Zhejiang United Engineering CO Ltda, evento que culminou no aumento de participação na controlada, resultando em um controle de 92,63% das ações. Não houve ágio decorrente da operação.

A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é 92,63% do capital social subscrito, totalizando R\$ 316,9 milhões.

16.3.2. Complexo Eólico Povo Novo

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS, sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 55MW.

Em 05 de fevereiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou Despacho nº 276 habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013 referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE GT participa de 3 consórcios vencedores relativo ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira cuja potência instalada é de 25MW;
- Consórcio Povo Novo formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo cuja potência instalada é de 7,5MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz cuja potência instalada é de 22,5MW;

Em 26 de fevereiro de 2014 foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A cujo capital social subscrito em cada empresa foi de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

No exercício de 2017 foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital, nos montantes de R\$ 14,1 milhões no Ventos de Povo Novo, R\$ 39,7 milhões no Ventos de Curupira e R\$ 38,5 milhões no Ventos de Vera Cruz. Já no exercício de 2018 ocorreu nova integralização nos montantes de 10,5 milhões em Ventos de Povo Novo, R\$ 16,1 milhões em Ventos de Curupira e R\$24,1 milhões em Ventos de Vera Cruz, mantendo a participação nos empreendimentos em 99,99%, não havendo ágio na operação.

Ademais, salienta-se que a Companhia divulgou em 13 de dezembro de 2017, Fato Relevante acerca da autorização para contratação de consultoria especializada, pela Diretoria Colegiada, para realizar a modelagem de eventual desinvestimento nas geradoras do Complexo Eólico Povo Novo.

Notas Explicativas

16.3.3 Impairment

Para o exercício de 2016 a companhia estimou o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas TESB e Complexo Eólico Povo Novo, com base no valor em uso, sendo este mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados.

Os fluxos de caixa foram projetados com base no resultado operacional e projeções dos empreendimentos até o término das concessões.

A controlada TESB registrou em suas demonstrações um Impairment de R\$ 84,2 milhões em 2016 e R\$ 44 milhões em 2017. Já no exercício de 2018 ocorreu contabilização de R\$ 10,4 milhões como reversão da perda anteriormente reconhecida.

Já no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo foi registrado R\$ 104,3 milhões com perda de valor recuperável no empreendimento em 2016, R\$ 9 milhões em 2017 e R\$ 1,65 milhões em 2018, sendo todo montante contabilizado na controladora CEEE-GT.

16.4. Coligadas

16.4.1 Transmissora Porto Alegre Ltda - TPAE

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada Transmissora Porto Alegre de Energia Ltda - TPAE com a seguinte composição acionária: Procable – 80% e CEEE-GT – 20%.

Transmissora Porto Alegre de Energia Ltda - TPAE venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-GT seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais, e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable seria responsável pela preparação do projeto básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

16.4.2 Jaguari Energética S.A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Companhia reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Companhia caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.3. Parques Eólicos Palmares S.A

Notas Explicativas

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$890.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.4. Ventos da Lagoa Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$687.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3 em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.5. Ventos do Litoral Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nestas sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$507.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3 em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.6. Ventos do Sul Energia S.A

Em 15 de dezembro de 2014 a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$18.174.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios com capacidade total de geração de 150MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

Notas Explicativas

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade, na aquisição, está disposto abaixo:

Contraprestação Efetivamente Transferida.....	35.000
Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade	168.264
Ativos Circulantes.....	80.879
Ativos não Circulantes.....	422.459
Passivos Circulantes.....	(98.623)
Passivos não Circulantes.....	(236.451)
Valor justo líquido (Participação de 10%).....	(16.826)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	18.174

16.4.7. Ventos dos Índios Energia S.A

Em 30 de junho de 2015 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com conseqüente aporte de R\$7.243.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.5. Demonstrações Financeiras das Investidas

16.5.1. Demonstrações Financeiras Controladas

Balanco Patrimonial	30/06/2019			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	742	111	34	131
Outros Ativos Circulantes.....	4.738	363	87	38
Ativo Não Circulante.....	314.717	81.645	35.771	89.159
	320.197	82.119	35.892	89.328
Passivo e Patrimônio Líquido				
Outros Passivos Circulantes.....	6.342	2.881	994	2.523
Outros Passivos Não Circulantes.....	85.612	22.510	9.936	22.042
Patrimônio Líquido.....	228.243	56.728	24.962	64.763
	320.197	82.119	35.892	89.328
Demonstração do Resultado	30/06/2019			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Receita Operacional Líquida.....	22.929	59	19	53
Custo de Operação.....	(32.553)	-	-	-
Lucro Bruto.....	(9.624)	59	19	53
Despesas Operacionais.....	(542)	(385)	(149)	(174)
Resultado Financeiro.....	2	(35)	-	4
Lucro Antes dos Impostos.....	(10.164)	(361)	(130)	(117)
Impostos sobre o Lucro.....	(200)	-	-	-
Lucro líquido.....	(10.364)	(361)	(130)	(117)

Notas Explicativas

16.5.2. Demonstrações Financeiras Controladas e Coligadas

	30/06/2019				
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Lucro (prejuízo) ajustado
Controladas					
TESB.....	342.190	228.243	228.243	(10.634)	(10.634)
Ventos de Curupira.....	55.929	56.728	53.937	(361)	(361)
Ventos de Povo Novo.....	24.639	24.962	23.635	(130)	(130)
Ventos de Vera Cruz.....	62.759	64.763	61.265	(117)	(117)
Coligadas					
TPAE.....	38.146	40.014	16.954	1.862	1.862
Jaguari.....	17.680	20.072	20.072	2.028	2.028
Palmares.....	114.116	118.927	118.927	1.484	1.484
Ventos da Lagoa.....	88.701	106.268	106.268	(223)	(223)
Ventos do Litoral.....	102.901	106.760	106.760	(1.296)	(1.296)
Ventos do Sul.....	140.964	167.189	167.189	15.588	15.588
Ventos dos Índios.....	79.867	79.867	79.867	(2.657)	(2.657)

16.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL.....	2.013	2.137	2.013	2.137
Piratini Energia S.A.....	-	10	-	10
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	876	876	876	876
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(354)	(354)	(354)
	<u>2.535</u>	<u>2.669</u>	<u>2.535</u>	<u>2.669</u>

16.6.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- Eletrosul.

16.7. Movimentação dos investimentos

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	Saldos em 31/12/2018	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 30/06/2018
Controladas				
TESB.....	213.268	(9.600)	-	203.668
Ventos de Curupira.....	3.670	(361)	-	3.309
Ventos de Povo Novo.....	5.389	(130)	-	5.259
Ventos de Vera Cruz.....	15.360	(17)	-	15.343
Coligadas				
TPAE.....	3.031	333	-	3.364
Jaguari.....	1.836	213	(183)	1.866
Palmares.....	12.815	148	(609)	12.354
Ventos da Lagoa.....	11.062	(22)	(68)	10.972
Ventos do Litoral.....	10.986	(129)	-	10.857
Ventos do Sul.....	17.562	1.558	-	19.120
Ventos dos Índios.....	8.272	(265)	-	8.007
Ágio Parques Eólicos.....	971	-	-	971
Ágio Ventos do Sul.....	18.174	-	-	18.174
	<u>322.396</u>	<u>(8.272)</u>	<u>(860)</u>	<u>313.264</u>

Notas Explicativas

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão, veículos e móveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados no alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e do apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, de forma que seu registro contábil não contempla valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

Estes ativos da Companhia, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL na Resolução ANEEL 674, de 11 de agosto de 2015. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

As taxas de depreciação utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens e estão em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL N° 367, de 02 de junho de 2009, e suas alterações posteriores impostas pela Resolução Normativa N° 474, de 07 de fevereiro de 2012.

- Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A partir do encerramento do exercício de 2010 a CEEE GT passou a adotar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais – IFRS. Para os valores de suas usinas de geração a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Na adoção do custo atribuído foram considerados os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aceita pelo mercado como adequada.

18. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Custo		
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	48.351	48.729
Aquisições.....	517	517
Saldo em 30 de Junho de 2019	48.868	49.246
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(5.655)	(5.655)
Amortização do período.....	(4.531)	(4.531)
Saldo em 30 de Junho de 2019	(10.186)	(10.186)
Em 31 de Dezembro de 2018	42.696	43.074
Saldo em 30 de Junho de 2019	38.682	39.060

É composto pelos gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente por um período de 5 anos.

Notas Explicativas

19. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Encargos de Uso da Rede	5.835	5.925	5.835	5.925
Suprimento de Energia Elétrica.....	3.395	7.581	3.395	7.581
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.922	-	3.922	-
Risco Hidrológico - GSF.....	-	80.610	-	80.610
Materiais e Serviços	14.092	29.503	20.325	35.229
Retenção Contratual	13.581	13.578	13.581	13.578
	<u>40.826</u>	<u>137.197</u>	<u>47.059</u>	<u>142.923</u>

Em 2017, nos meses de abril e setembro, a Companhia teve decisões desfavoráveis em relação a sua liminar judicial a qual limitava em 5% o custo com GSF, fato que culminou na reversão dos seus efeitos históricos, a partir de deliberação do Conselho de Administração da CCEE, totalizando o montante de R\$ 187.314 contabilizados naquele exercício, iniciando seu pagamento em maio de 2018 e liquidada em junho de 2019.

20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Provisão para Férias, 13 ^º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	33.310	30.514	33.314	30.526
Retenções sobre a Folha de Pagamento	2.810	4.958	2.810	4.958
Prêmio Assiduidade	284	289	284	289
	<u>36.403</u>	<u>35.761</u>	<u>36.408</u>	<u>35.773</u>

O valor de R\$2.810 (R\$4.958 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

21. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	197	69	197	69
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.112	4.517	5.699	6.337
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.622	5.511	6.622	5.511
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP	-	-	4	-
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	963	1.633	963	1.633
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	8.243	11.459	8.370	11.477
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL	-	-	647	665
Outros	7.738	4.250	7.830	4.287
	<u>27.875</u>	<u>27.439</u>	<u>30.332</u>	<u>29.979</u>
NÃO CIRCULANTE				
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL	-	-	6.204	6.528
	-	-	<u>6.204</u>	<u>6.528</u>

Notas Explicativas

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

22.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações – Controladora e Consolidado

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							Total
	30/06/2019							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	
Encargos					Principal	Principal		
MOEDA NACIONAL								
BNDDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.723	40.423	47.146
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.723	40.423	47.146
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	4.353	11.146	191.548	207.047
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2037	01	909	16.335	293.388	310.632
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					5.262	27.481	484.936	517.679
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					5.262	34.204	525.359	564.825

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							Total
	31/12/2018							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	
Encargos					Principal	Principal		
MOEDA NACIONAL								
BNDDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.720	43.687	50.407
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.720	43.687	50.407
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	3.570	11.738	199.547	214.855
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2037	01	5	16.951	305.125	322.081
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					3.575	28.689	504.672	536.936
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					3.575	35.409	548.359	587.343
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					3.575	35.409	548.359	587.343

22.2. Variação de Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de Dezembro 2018.....	6.720	43.687	32.264	504.672	587.343
Ingressos.....	-	-	-	-	-
Encargos.....	1.797	-	10.956	-	12.753
Variação Monetária.....	-	-	(35)	(6.063)	(6.098)
Transferências.....	3.363	(3.363)	13.673	(13.673)	-
Taxa Administração.....	-	99	-	-	99
Amortizações de Principal.....	(3.360)	-	(14.129)	-	(17.489)
Amortizações de Encargos	(1.797)	-	(9.986)	-	(11.783)
Saldos em 30 de Junho 2019.....	6.723	40.423	32.743	484.936	564.825

Notas Explicativas

22.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim respectivamente.

Ao longo de 2017 foi liberado o valor de US\$27.500 que corresponde à R\$87.305 referente ao BID e US\$8.500 que corresponde à R\$28.076 referente ao AFD. Em junho de 2018 ocorreu a liberação de R\$110.175 referente ao BID.

22.4. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT, por meio da ampliação e modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O valor do financiamento concedido é de R\$236.340, sendo que o total liberado até 31 de Dezembro de 2016 foi de R\$69.037, no exercício de 2017 e até 30 de setembro de 2018, não houveram novas liberações.

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES), os títulos públicos federais, de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor Contrato de Financiamento.

22.5. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
PRINCIPAL				
2019	30.235	38.964	30.235	38.964
2020	59.346	74.804	59.346	74.804
2021	57.680	72.874	57.680	72.874
Após 2021	378.098	361.717	378.098	361.717
	<u>525.359</u>	<u>548.359</u>	<u>525.359</u>	<u>548.359</u>

Notas Explicativas

22.6. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Dólar US\$.....	91,65%	91,42%	91,65%	91,42%
TJLP	8,35%	8,58%	8,35%	8,58%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

23. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	211	215	211	215
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	37	31.650	31.650	34.814
Contrato 1254/95 - Plano Único	37	3.159	3.159	3.012
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV.....	37	45.900	45.900	46.356
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	37	2.947	2.811	2.947
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		47.547	47.547	50.147
		<u>131.414</u>	<u>131.414</u>	<u>137.355</u>
NÃO CIRCULANTE				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....		2.015	2.015	2.019
Provisão Plano Único		72.061	72.061	79.440
Contrato 1254/95 - Plano Único		31.886	31.886	32.569
Provisão Plano CEEEPREV		623.951	623.951	614.772
Contrato 1254/95 - CEEEPREV		34.177	34.177	34.909
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		169.970	169.970	179.404
		<u>934.059</u>	<u>934.059</u>	<u>943.113</u>
Total		<u>1.065.473</u>	<u>1.065.473</u>	<u>1.080.468</u>

23.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

Notas Explicativas

23.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício salgado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

23.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC”, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Nessa esteira, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas Explicativas

23.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuísem. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 1,2 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10).

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

24. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				
Conta de Desenv. Energético - Quota da CDE	5.394	12.314	5.394	12.314
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	-	279	-	279
Recursos P&D	47.167	46.059	47.167	46.059
Recursos FNDCT	670	740	670	740
Recursos MME	335	370	335	370
	<u>53.566</u>	<u>59.762</u>	<u>53.566</u>	<u>59.762</u>
NÃO CIRCULANTE				
Recursos P&D	17.090	14.371	17.090	14.371
	<u>17.090</u>	<u>14.371</u>	<u>17.090</u>	<u>14.371</u>

24.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$9.555 referente ao P&D (vide nota explicativa nº 9.1).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

Notas Explicativas

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis, possíveis e remotos. As contingências são atualizadas pelo TR (taxa referencial) mais 1% juros ao mês. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	CONTROLADORA							
	30/06/2019				31/12/2018			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	156.926	80.709	5.097	242.732	139.615	77.121	5.067	221.803
Riscos Possíveis	40.464	93.547	657	134.668	42.755	3.882	66	46.703
	<u>197.390</u>	<u>174.256</u>	<u>5.754</u>	<u>377.400</u>	<u>182.370</u>	<u>81.003</u>	<u>5.133</u>	<u>268.506</u>

25.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONTROLADORA			
	30/06/2019			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	34.327	251	-	34.578
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	122.599	80.458	5.097	208.154
Subtotal Riscos Prováveis	<u>156.926</u>	<u>80.709</u>	<u>5.097</u>	<u>242.732</u>
(-) Depósitos judiciais.....	(39.003)	(63)	(15)	(39.081)
Total não circulante	<u>83.596</u>	<u>80.395</u>	<u>5.082</u>	<u>169.073</u>
Total geral	<u>117.923</u>	<u>80.646</u>	<u>5.082</u>	<u>203.651</u>
	CONSOLIDADO			
	30/06/2019			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	34.327	251	-	34.578
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	125.320	80.458	5.097	210.875
Subtotal Riscos Prováveis	<u>159.647</u>	<u>80.709</u>	<u>5.097</u>	<u>245.453</u>
(-) Depósitos judiciais.....	(39.003)	(63)	(15)	(39.081)
Total não circulante	<u>86.317</u>	<u>80.395</u>	<u>5.082</u>	<u>171.794</u>
Total geral	<u>120.644</u>	<u>80.646</u>	<u>5.082</u>	<u>206.372</u>
	CONTROLADORA			
	31/12/2018			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	36.708	440	-	37.148
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	102.907	76.681	5.067	184.655
Subtotal Riscos Prováveis	<u>139.615</u>	<u>77.121</u>	<u>5.067</u>	<u>221.803</u>
(-) Depósitos judiciais.....	(34.766)	(57)	(14)	(34.837)
Total não circulante	<u>68.141</u>	<u>76.624</u>	<u>5.053</u>	<u>149.818</u>
Total geral	<u>104.849</u>	<u>77.064</u>	<u>5.053</u>	<u>186.966</u>
	CONSOLIDADO			
	31/12/2018			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	36.708	440	-	37.148
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	105.628	76.681	5.067	187.376
Subtotal Riscos Prováveis	<u>142.336</u>	<u>77.121</u>	<u>5.067</u>	<u>224.524</u>
(-) Depósitos judiciais.....	(34.766)	(57)	(14)	(34.837)
Total não circulante	<u>70.862</u>	<u>76.624</u>	<u>5.053</u>	<u>152.539</u>
Total geral	<u>107.570</u>	<u>77.064</u>	<u>5.053</u>	<u>189.687</u>

Notas Explicativas

5.2. Movimentação da provisão para contingências

	CONTROLADORA			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2018	104.849	77.064	5.053	186.966
(+) Novos Ingressos	35.763	554	6	36.323
(-) Pagamentos	(12.268)	(485)	(3)	(12.756)
(-) Montantes Revertidos	(11.999)	(2.472)	(12)	(14.483)
(+) Atualização Monetária	5.815	5.991	38	11.844
(+/-) Montantes Depositados	(4.237)	(6)	-	(4.243)
(=) Saldo Final Junho/2019	117.923	80.646	5.082	203.651

	CONSOLIDADO			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2018	107.570	77.064	5.053	189.687
(+) Novos Ingressos	35.763	554	6	36.323
(-) Pagamentos	(12.268)	(485)	(3)	(12.756)
(-) Montantes Revertidos	(11.999)	(2.472)	(12)	(14.483)
(+) Atualização Monetária	5.815	5.991	38	11.844
(+/-) Montantes Depositados	(4.237)	(6)	-	(4.243)
(=) Saldo Final Junho/2019	120.644	80.646	5.082	206.372

25.3. Natureza das ações

25.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE GT referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

25.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

25.3.3 Tributárias

O saldo provisionado de R\$5.053 refere-se à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A Companhia busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

Notas Explicativas

25.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$879.

25.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Companhia possui cerca de R\$37.135 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98.

26. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				
Comp. Financ para Utilização de Recursos Hídricos	103	99	103	99
Obrigações com Obras da Transmissão	12.140	12.140	12.140	12.140
Acordo Judicial Trabalhista.....	161	267	161	267
Conta Gráfica	4.012	-	4.012	-
Outros Credores	4.554	31.386	8.591	36.648
	<u>20.970</u>	<u>43.892</u>	<u>25.007</u>	<u>49.154</u>
NÃO CIRCULANTE				
Provisão Auto de Infração	499	4.903	499	4.903
Acordo Judicial Trabalhista.....	1.200	1.200	1.200	1.200
Comercialização de Energia na CCEE	49.359	47.281	49.359	47.281
Outros Credores	9.778	5.057	66.121	61.957
	<u>60.836</u>	<u>58.441</u>	<u>117.179</u>	<u>115.341</u>

26.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$49.359 (R\$47.281 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

27.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

Notas Explicativas

27.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Reconhecimento do Custo Atribuído	41.414	46.163	41.414	46.163
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	11.980	161	11.980	161
Exclusão Temporária	45.463	39.425	45.463	39.425
Exclusão Temporária - MP 579/2012 (Renovação das	1.165.089	1.272.575	1.165.089	1.272.575
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	1.263.946	1.358.324	1.263.946	1.358.324
IR e CS (Alíquota 34%)	429.741	461.830	429.741	461.830
IR e CS (Redutor 30% - RIR/99, Art.510)	(124.698)	(133.840)	(124.698)	(133.840)
Total do Passivo Fiscal Diferido	305.043	327.990	305.043	327.990

O valor dessas diferenças temporárias tributáveis constitui-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre a indenização da RBSE foi calculado à alíquota de 34%, líquido da redução de 30%, a título de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 30 de junho de 2018, R\$ 305.043.

27.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais Não Utilizados

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT não foi incrementado no exercício de 2018.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	217.820	226.307	217.820	226.307
Provisão para Contingências Trabalhistas	117.923	104.849	117.923	104.849
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	81.283	77.676	81.283	77.676
Total das Diferenças Temporárias	417.026	408.832	417.026	408.832
Alíquota IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias	141.789	139.003	141.789	139.003
Base Negativa da CSLL	139.318	228.080	139.318	228.080
CSLL Diferida (Alíquota 9%)	12.539	20.527	12.539	20.527
Prejuízos Fiscais do IRPJ	486.030	574.792	486.030	574.792
IRPJ Diferido (Alíquota 25%)	121.508	143.698	121.508	143.698
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL	134.047	164.225	134.047	164.225
Crédito Fiscal não Reconhecido.....	(205.441)	(232.833)	(205.441)	(232.833)
Saldo Contábil.....	70.395	70.395	70.395	70.395
Saldo Contábil Diferenças Temporárias.....	28.334	28.334	28.334	28.334
Saldo Contábil Crédito Fiscal s/PF do IRPJ e BN da CSLL	42.061	42.061	42.061	42.061
Saldo Contábil Total.....	70.395	70.395	70.395	70.395

Notas Explicativas

27.1.3. Tributos Diferidos Líquidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Débitos Tributários Diferidos.....	305.043	327.990	305.043	327.990
Créditos Tributários Diferidos.....	(70.395)	(70.395)	(70.395)	(70.395)
Saldo Contábil Líquido.....	234.648	257.595	234.648	257.595

27.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Companhia, com base em estudo técnico que projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2018. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Exercício de 2019.....	24.119	49.413	24.119	-
Exercício de 2020.....	39.553	44.530	39.553	32.950
Exercício de 2021.....	38.259	43.289	38.259	29.553
Exercício de 2022.....	45.850	50.566	45.850	27.687
Exercício de 2023.....	29.113	32.687	29.113	47.483
A partir do Exercício de 2024.....	57.754	37.110	57.754	66.104
	234.648	257.595	234.648	203.777

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1. Capital Social

O Capital Social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.516.732 ações ordinárias e 164.014 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$915.632, com a seguinte composição:

	CONTROLADORA						CONTROLADORA	
	30/06/2019						31/12/2018	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR.....	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92	6.381.908	65,92
ELETROBRÁS.....	3.067.035	32,23	87.639	53,43	3.154.674	32,59	3.154.674	32,59
Ações Pulverizadas.....	33.528	0,35	20.622	12,57	54.150	0,56	54.150	0,56
Outros.....	35.348	0,37	54.666	33,33	90.014	0,93	90.014	0,93
	9.516.732	100,00	164.014	100,00	9.680.746	100,00	9.680.746	100,00

Ressalta-se que em 29 de abril de 2016, os acionistas aprovaram o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, determinando que a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia passa a ter a proporção de 40 (quarenta) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, tornando-se o capital com a representatividade das ações, demonstradas na tabela acima.

Notas Explicativas

28.2. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA	
	30/06/2019	31/12/2018
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	11.980	161
Custo atribuído dos Ativos de Geração.....	27.334	30.468
Perda Atuarial.....	(701.395)	(701.395)
Adoção CPC 47	168.389	183.303
	<u>(493.692)</u>	<u>(487.463)</u>

28.3. Reserva de Lucros

A reserva de lucros é composta da Reserva Legal, Reserva Estatutária, Reserva Especial de Lucros a Realizar e da Reserva de Dividendos não Distribuídos.

28.3.1. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2018 a Companhia destinou R\$ 31.176 para Reserva Legal.

28.3.2. Reserva Especial de Lucros a Realizar

A Companhia considerou que os valores de RBSE que causaram impacto no resultado, seguem a aplicação do ICPC01 (R1) e não compõem a parcela realizada do lucro líquido do exercício, destinando o resultado desta operação para reserva de lucros a realizar. A designação desta reserva acontece para demonstrar que a realização deste lucro só ocorrerá em exercícios futuros, e quando realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, conforme proposta da administração. A reserva de lucros a realizar totalizava o montante de R\$ 194.505, que em dezembro de 2018 passou a fazer parte dos Dividendos não distribuídos.

28.3.3. Dividendos Não Distribuídos

Em 31 de dezembro de 2017 a Concessionária constitui o montante de R\$604.136 registrados a título de Reserva Especial de Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO e em 2018 R\$237.440, totalizando um saldo de R\$ 841.576.

Estes dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa, de acordo com a Lei 6.404, artigo 202, §4º.

28.3.4. Reserva Estatutária

O estatuto da Companhia determina a destinação de 10% do lucro líquido com a finalidade de expansão das instalações, tendo por limite 10% do Capital Social. Em 2018 a Companhia destinou o montante de R\$ 62.354 para esta reserva.

Notas Explicativas

28.4 Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.153.687 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$10.728 e R\$44.889 em 01 de janeiro de 2012 perfazendo total de R\$1.209.304. No exercício de 2017 foram capitalizados R\$ 200.00 da Reserva de Incentivos Fiscais, restando um saldo de R\$ 1.009.304.

29. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

29.1. Básico

	30/06/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	173.653	2.993	176.646
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	18,25	18,25	18,25

	30/06/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	12.798	221	13.019
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	1,34	1,34	1,34

29.2. Diluído

	30/06/2019	30/06/2018
Lucro/(Prejuízo) para as ações ordinárias.....	173.653	12.798
Lucro/(Prejuízo) para as ações preferenciais.....	2.993	221
	176.646	13.019
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.516.732	9.516.732
Ações Preferenciais	164.014	164.014
	9.680.746	9.680.746
Lucro/(Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	18,25	1,34

Notas Explicativas

30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
Receita Bruta								
Suprimento de Energia Elétrica	91.756	176.117	75.509	148.119	91.820	176.248	75.609	148.377
Disponibilização do Sistema de Transmissão	205.513	419.360	220.837	432.234	205.513	419.360	220.988	432.538
Amortização Ativo Financeiro.....	(98.775)	(196.211)	(109.227)	(216.013)	(98.775)	(196.211)	(109.227)	(216.013)
Remuneração do Ativo Financeiro.....	51.950	104.664	47.866	96.989	61.916	118.946	50.560	102.326
Energia Elétrica de Curto Prazo	30.380	80.366	24.192	43.488	30.380	80.366	24.192	43.488
Receita de Construção	24.992	48.990	28.703	53.566	30.015	57.936	39.854	67.152
	<u>305.816</u>	<u>633.286</u>	<u>287.880</u>	<u>558.383</u>	<u>320.868</u>	<u>656.645</u>	<u>301.976</u>	<u>577.868</u>
Deduções da Receita								
ICMS/ISS	(78)	(78)	-	-	(78)	(78)	-	-
PIS/COFINS	(26.990)	(57.347)	(27.916)	(54.594)	(27.189)	(57.646)	(27.960)	(54.682)
Quota RGR	(558)	(1.396)	(579)	(1.350)	(558)	(1.396)	(578)	(1.350)
Outros Encargos	(5.295)	(7.098)	(3.030)	(6.627)	(5.296)	(7.098)	(3.030)	(6.627)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(2.617)	(5.622)	(2.682)	(5.226)	(2.617)	(5.622)	(2.682)	(5.226)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(24.290)	(29.556)	(11.710)	(22.632)	(24.290)	(29.556)	(11.710)	(22.632)
Compensação Financeira Pela Util Rec Hidr - CFURH	(7.008)	(14.318)	(5.482)	(11.328)	(7.008)	(14.318)	(5.481)	(11.328)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSE.....	(779)	(1.490)	(785)	(1.586)	(779)	(1.490)	(786)	(1.586)
	<u>(67.615)</u>	<u>(116.904)</u>	<u>(52.184)</u>	<u>(103.341)</u>	<u>(67.815)</u>	<u>(117.203)</u>	<u>(52.227)</u>	<u>(103.430)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>238.201</u>	<u>516.382</u>	<u>235.696</u>	<u>455.042</u>	<u>253.053</u>	<u>539.442</u>	<u>249.749</u>	<u>474.438</u>

30.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$176.117 (R\$75.510 em 30 de junho de 2018) refere-se às receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs e pela disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

30.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$419.92 (R\$282.033 em 30 de junho de 2018) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de Conexão e do Sistema de Transmissão a terceiros.

30.3. Remuneração do Ativo Financeiro

O valor de R\$104.664 (R\$59.787 em 30 de junho de 2018) é composto pela atualização do ativo financeiro relativa aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente – RBSE e também à remuneração dos demais ativos.

Notas Explicativas

31. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
Energia Elétrica de Curto Prazo	(8)	(57)	(150)	(178)	(8)	(57)	(150)	(178)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(9.920)	(18.813)	(8.770)	(68.344)	(9.920)	(18.813)	(8.770)	(68.344)
Encargo de Uso do Sistema	(13.064)	(26.341)	(13.772)	(27.142)	(13.064)	(26.341)	(13.772)	(27.142)
	<u>(22.992)</u>	<u>(45.211)</u>	<u>(22.692)</u>	<u>(95.664)</u>	<u>(22.992)</u>	<u>(45.211)</u>	<u>(22.692)</u>	<u>(95.664)</u>

31.1. Energia Elétrica de Curto Prazo

O custo da energia de curto prazo totalizou R\$57 (R\$178 em 30 de junho de 2018) refere-se ao custo da energia de curto prazo, comercializada no âmbito da CCEE.

31.2. Energia Elétrica Comprada de Terceiros

Do montante de R\$18.813 (R\$68.344 em 30 de junho de 2018), R\$ 41,7 milhões refere-se à compra de Energia de ENERCAN, por determinação do acordo entre acionistas, R\$ 52 milhões às recontabilizações oriundas da CCEE e o restante aos contratos de compra de energia realizados com deságio no PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), com intuito de amortizar os saldos a pagar de GSF.

31.3. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$26.341 (R\$27.142 em 30 de junho de 2018) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

Notas Explicativas

32. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

32. 1. Controladora

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	42.724	44.378	-	-	7.336	7.873	-	-	50.060	52.252
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	18.141	28.021	-	-	8.352	14.951	-	-	26.494	42.972
INSS - Empregador	8.081	8.627	-	-	1.444	1.371	-	-	9.525	9.998
Administradores	67	62	-	-	124	205	-	-	191	267
Subtotal Pessoal / Administradores	69.013	81.088	-	-	17.256	24.400	-	-	86.269	105.488
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	2.253	1.738	-	-	-	-	-	-	2.253	1.738
Total Pessoal e Administradores	71.266	82.826	-	-	17.256	24.400	-	-	88.522	107.226
Material	89	(4)	-	-	90	84	-	-	179	79
Serviço de Terceiros	10.532	9.535	-	-	2.219	1.919	-	-	12.751	11.454
Depreciação e Amortização	4.992	5.169	-	-	2.499	534	-	-	7.491	5.703
Custo de Construção	24.992	28.704	-	-	-	-	-	-	24.992	28.704
Arrendamento e Aluguéis	1.681	1.365	-	-	60	29	-	-	1.741	1.394
Tributos	55	221	-	-	18	259	-	-	73	480
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	1.948	(314)	-	-	-	-	1.948	(314)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	14.008	26.446	14.008	26.446
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	1.486	(2.394)	1.486	(2.394)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	9	94	9	94
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	379	(655)	379	(655)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	6.374	758	6.374	-
Outros	24	1	-	-	677	157	(10.931)	3.043	(10.230)	3.201
TOTAL	113.631	127.817	1.948	(314)	22.819	27.382	11.325	27.292	149.725	181.418

Notas Explicativas

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	81.617	81.531	-	-	14.267	15.060	-	-	95.884	96.592
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	36.645	35.159	-	-	16.759	18.402	-	-	53.404	53.561
INSS - Empregador	14.979	15.267	-	-	2.792	2.492	-	-	17.771	17.759
Administradores	136	152	-	-	235	399	-	-	371	551
Subtotal Pessoal / Administradores	133.377	132.109	-	-	34.053	36.353	-	-	167.430	168.462
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	4.188	3.446	-	-	-	-	-	-	4.188	3.446
Total Pessoal e Administradores	137.565	135.555	-	-	34.053	36.353	-	-	171.618	171.908
Material	841	559	-	-	183	167	-	-	1.023	725
Serviço de Terceiros	19.946	15.109	-	-	4.397	3.819	-	-	24.343	18.928
Depreciação e Amortização	10.101	10.346	-	-	4.941	1.061	-	-	15.042	11.407
Custo de Construção	48.990	53.566	-	-	-	-	-	-	48.990	53.566
Arrendamento e Aluguéis	3.245	2.723	-	-	108	67	-	-	3.353	2.790
Tributos	652	1.331	-	-	2.524	371	-	-	3.175	1.702
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	3.710	(2.577)	-	-	-	-	3.710	(2.577)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	28.774	35.484	28.774	35.484
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	4.609	2.409	4.609	2.409
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	41	111	41	111
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	387	(966)	387	(966)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	7.073	-	7.073	-
Outros	34	9	-	-	804	286	(10.536)	3.405	(9.698)	3.700
TOTAL	221.374	219.198	3.710	(2.577)	47.009	42.124	30.348	40.443	302.440	299.187

Notas Explicativas

32. 2. Consolidado

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	42.724	44.378	-	-	7.532	7.733	-	-	50.255	52.112
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	18.141	28.021	-	-	8.352	14.951	-	-	26.494	42.972
INSS - Empregador	8.081	8.627	-	-	1.444	1.371	-	-	9.525	9.998
Administradores	68	62	-	-	326	641	-	-	394	703
Subtotal Pessoal / Administradores	69.014	81.088	-	-	17.654	24.696	-	-	86.668	105.785
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	2.252	1.737	-	-	-	-	-	-	2.252	1.737
Total Pessoal e Administradores	71.266	82.825	-	-	17.654	24.696	-	-	88.919	107.522
Material	89	(4)	-	-	90	84	-	-	180	79
Serviço de Terceiros	11.582	9.649	-	-	2.407	2.111	-	-	13.989	11.760
Depreciação e Amortização	4.992	5.169	-	-	2.499	534	-	-	7.491	5.703
Custo de Construção	32.031	40.489	-	-	-	-	-	-	32.031	40.489
Arrendamento e Aluguéis	1.681	1.365	-	-	60	29	-	-	1.741	1.394
Seguros	-	-	-	-	7	4	-	-	7	4
Tributos	55	221	-	-	45	289	-	-	100	510
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	1.948	(314)	-	-	-	-	1.948	(314)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	14.008	26.446	14.008	26.446
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	1.486	(2.394)	1.486	(2.394)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	9	94	9	94
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	379	(655)	379	(655)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	6.374	758	6.374	758
Outros	1.237	9	-	-	812	124	(11.039)	2.964	(8.990)	3.096
TOTAL	122.934	139.722	1.948	(314)	23.574	27.871	11.217	27.213	159.673	194.493

Notas Explicativas

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	81.617	81.531	-	-	14.689	15.060	-	-	96.305	96.592
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	36.645	35.159	-	-	16.759	18.402	-	-	53.404	53.561
INSS - Empregador	14.979	15.267	-	-	2.792	2.492	-	-	17.770	17.759
Administradores	136	152	-	-	437	835	-	-	573	987
Subtotal Pessoal / Administradores	133.377	132.109	-	-	34.677	36.789	-	-	168.054	168.898
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	4.188	3.446	-	-	-	-	-	-	4.188	3.446
Total Pessoal e Administradores	137.564	135.555	-	-	34.677	36.789	-	-	172.241	172.344
Material	841	559	-	-	183	167	-	-	1.024	725
Serviço de Terceiros	21.686	15.223	-	-	4.640	4.011	-	-	26.326	19.234
Depreciação e Amortização	10.101	10.346	-	-	4.941	1.061	-	-	15.042	11.407
Custo de Construção	68.404	67.152	-	-	-	-	-	-	68.404	67.152
Arrendamento e Aluguéis	3.245	2.723	-	-	108	67	-	-	3.352	2.790
Seguros	3	-	-	-	12	11	-	-	15	11
Tributos	652	1.331	-	-	2.551	401	-	-	3.202	1.732
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	3.710	(2.577)	-	-	-	-	3.710	(2.577)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	28.774	35.484	28.774	35.484
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	4.609	2.409	4.609	2.409
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	41	111	41	111
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	387	(966)	387	(966)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	7.073	-	7.073	-
Outros	11.433	18	-	-	1.148	416	(10.536)	3.419	2.045	3.853
TOTAL	253.927	232.907	3.710	(2.577)	48.259	42.923	30.348	40.457	336.244	313.710

Notas Explicativas

33. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
OUTRAS RECEITAS								
Ganho nas Alienações	273	1.547	81	92	273	1.547	81	92
Receita de Prestação de Serviços	3.661	7.044	2.934	5.521	3.661	7.044	2.934	5.521
Outras	2.907	2.858	140	387	2.907	2.859	140	387
	<u>6.841</u>	<u>11.449</u>	<u>3.155</u>	<u>6.000</u>	<u>6.841</u>	<u>11.450</u>	<u>3.155</u>	<u>6.000</u>
OUTRAS DESPESAS								
Perdas na Alienação e Desat. de Bens e Direitos	(2.253)	(3.323)	(1.895)	(2.802)	(2.253)	(3.323)	(1.895)	(2.802)
Outras	(201)	(409)	(185)	(364)	(201)	(409)	(185)	(364)
	<u>(2.454)</u>	<u>(3.732)</u>	<u>(2.080)</u>	<u>(3.166)</u>	<u>(2.454)</u>	<u>(3.732)</u>	<u>(2.080)</u>	<u>(3.166)</u>

34. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
RECEITAS FINANCEIRAS								
Renda de Aplicações Financeiras.....	3.553	6.438	6.440	12.399	3.600	6.485	6.437	12.429
Receitas Financeiras com Parcelamentos	1.158	3.186	2.053	2.053	1.158	3.186	2.053	2.053
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos.....	15.656	46.150	1.920	8.730	15.656	46.150	1.920	8.730
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	1.638	2.393	619	2.235	1.638	2.393	619	2.235
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	2.336	7.365	3.583	6.646	2.336	7.365	3.583	6.646
Outras Receitas Financeiras	5.329	10.225	(1.531)	770	5.297	10.225	(1.508)	793
Total Receita Financeira	<u>29.671</u>	<u>75.759</u>	<u>13.084</u>	<u>32.833</u>	<u>29.686</u>	<u>75.806</u>	<u>13.104</u>	<u>32.886</u>
DESPESAS FINANCEIRAS								
Encargos de Dívidas	(11.027)	(12.480)	(5.582)	(9.482)	(11.027)	(12.480)	(5.582)	(9.482)
Despesas Financeiras com P&D	(810)	(1.578)	-	-	(810)	(1.578)	-	-
Despesa Financeira com Tributos.....	(224)	(561)	(856)	(1.512)	(224)	(561)	(856)	(1.512)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos.....	(1.817)	(42.370)	(58.769)	(67.300)	(1.817)	(42.370)	(58.769)	(67.300)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notif.....	-	(1)	(456)	(456)	-	(1)	(456)	(456)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(4.202)	(6.710)	(9)	(9)	(4.202)	(6.710)	(9)	(9)
Despesa Financeira Recontabilização CCEE.....	(975)	(2.664)	(8.673)	(20.730)	(975)	(2.664)	(8.673)	(20.730)
Outras Despesas Financeiras	(1.267)	(2.644)	(2.883)	(3.998)	(1.320)	(2.720)	(2.910)	(4.078)
Total Despesa Financeira	<u>(20.323)</u>	<u>(69.008)</u>	<u>(77.227)</u>	<u>(103.487)</u>	<u>(20.376)</u>	<u>(69.083)</u>	<u>(77.255)</u>	<u>(103.567)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	<u>9.348</u>	<u>6.751</u>	<u>(64.142)</u>	<u>(70.654)</u>	<u>9.311</u>	<u>6.723</u>	<u>(64.151)</u>	<u>(70.681)</u>

Notas Explicativas

35. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018:

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	01/04/2019 à 30/06/2019		01/04/2018 à 30/06/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	96.533	96.533	1.378	1.378
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	10.136	6.081	145	87
IRPJ - Adicional de 10%	6.752	-	90	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões	16.888	6.081	235	87
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	7.360	2.650	7.048	2.537
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	560	202	11.178	4.024
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	27	10	32	12
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	24.835	8.943	18.493	6.660
Incentivo PAT = 4%.....	(597)	-	(444)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(63)	-	(26)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	24.175	8.943	18.023	6.660
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	(7.779)	(2.801)	(7.689)	(2.767)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	409	148	1.164	418
IR CS Diferidos	(7.370)	(2.653)	(6.525)	(2.349)
Total IRPJ e CSLL	16.805	6.290	11.498	4.311

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	01/01/2019 à 30/06/2019		01/01/2018 à 30/06/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	200.512	200.512	62.930	62.930
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	21.054	12.632	6.608	3.965
IRPJ - Adicional de 10%	14.024	-	4.393	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões	35.078	12.632	11.001	3.965
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	14.549	5.238	14.104	5.077
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	2.088	752	5.530	1.991
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	50	18	50	18
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	51.765	18.640	30.685	11.051
Incentivo PAT = 4%.....	(1.243)	-	(737)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(101)	-	(26)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	50.421	18.640	29.922	11.051
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	(15.385)	(5.539)	(14.255)	(5.131)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	411	148	1.164	418
IR CS Diferidos	(14.974)	(5.391)	(13.091)	(4.713)
Total IRPJ e CSLL	35.447	13.249	16.831	6.338

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESB em 30 de junho de 2019 a despesa de R\$200, referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 apresentamos as Informações das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

Notas Explicativas

36.1. Balanço Patrimonial

36.1.1. Ativo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
ATIVO	1.763.754	1.664.181	3.661.601	3.604.973	(391.139)	(266.533)	5.034.216	5.002.621
CIRCULANTE	537.229	440.346	1.327.359	1.229.811	(391.139)	(266.533)	1.473.449	1.403.624
Caixa e Equivalentes de Caixa	266.777	181.773	73	423	-	-	266.850	182.196
Investimentos em Títulos do Governo.....	26.493	25.088	87.078	77.646	-	-	113.571	102.734
Concessionárias e Permissionárias.....	21.807	19.833	74.951	81.500	-	-	96.758	101.333
Tributos a Recuperar.....	630	14.347	1.086	7.770	-	-	1.716	22.117
Estoques.....	9.014	14.483	11.304	13.026	-	-	20.318	27.509
Ativo Financeiro da Concessão.....	6.106	6.106	110.289	110.784	-	-	116.395	116.890
RBSE.....	-	-	282.770	282.770	-	-	282.770	282.770
Pagamentos Antecipados.....	-	443	1.192	632	-	-	1.192	1.075
Investimentos Mantidos para Venda.....	155.140	110.721	334.252	334.846	-	-	489.392	445.567
Outros Créditos a Receber.....	51.262	67.552	424.364	320.415	(391.139)	(266.533)	84.487	121.434
NÃO CIRCULANTE	1.226.525	1.223.835	2.334.242	2.375.162	-	-	3.560.767	3.598.997
Tributos a Recuperar	6	6	-	-	-	-	6	6
Aplicações Financeiras.....	7	9	-	-	-	-	7	9
Depósitos Judiciais	18.105	18.898	30.292	26.824	-	-	48.397	45.722
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	7.545	7.037	95.571	71.031	-	-	103.116	78.068
Ativo Financeiro da Concessão.....	142.359	130.331	671.870	642.093	-	-	814.229	772.424
RBSE.....	-	-	1.324.824	1.412.735	-	-	1.324.824	1.412.735
Bens e Direitos Dest. à Alienação e Bens de Renda.....	1.708	1.709	395	395	-	-	2.103	2.104
Outros Créditos a Receber.....	371.407	371.615	5.607	5.636	-	-	377.014	377.251
Investimentos.....	188.965	184.983	126.834	140.082	-	-	315.799	325.065
Imobilizado.....	459.095	468.004	77.495	74.913	-	-	536.590	542.917
Intangível.....	37.328	41.243	1.354	1.453	-	-	38.682	42.696

36.1.2. Passivo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
PASSIVO	1.763.754	1.664.181	3.661.601	3.604.973	(391.139)	(266.533)	5.034.216	5.002.621
CIRCULANTE	549.304	486.659	367.665	438.218	(391.139)	(266.533)	525.830	658.344
Fornecedores.....	19.924	109.915	20.902	27.282	-	-	40.826	137.197
Obrigações Trabalhistas.....	(5.114)	(1.867)	41.517	37.628	-	-	36.403	35.761
Obrigações Fiscais.....	9.356	928	18.519	26.511	-	-	27.875	27.439
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	11.686	10.752	27.780	28.232	-	-	39.466	38.984
Provisão para Benefícios a Empregados.....	65.766	62.379	65.648	74.976	-	-	131.414	137.355
Obrigações da Concessão.....	18.975	18.574	34.591	41.188	-	-	53.566	59.762
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	7.696	8.938	26.882	28.210	-	-	34.578	37.148
Outros Passivos.....	404.351	277.040	7.758	33.385	(391.139)	(266.533)	20.970	43.892
Dividendos Obrigatórios.....	16.664	-	124.068	140.806	-	-	140.732	140.806
NÃO CIRCULANTE	795.969	804.535	1.145.097	1.167.162	-	-	1.941.066	1.971.697
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	122.596	132.132	402.763	416.227	-	-	525.359	548.359
Provisão para Benefícios a Empregados.....	497.268	503.894	436.791	439.219	-	-	934.059	943.113
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	106.697	102.866	62.376	46.952	-	-	169.073	149.818
Obrigações da Concessão.....	7.143	6.060	9.947	8.311	-	-	17.090	14.371
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	4.511	4.154	230.137	253.441	-	-	234.648	257.595
Outros Passivos.....	57.754	55.429	3.083	3.012	-	-	60.837	58.441
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	418.481	372.987	2.148.839	1.999.593	-	-	2.567.320	2.372.580
Capital Social	97.790	97.790	817.843	817.843	-	-	915.633	915.633
Outros Resultados Abrangentes	(192.292)	(193.964)	(301.401)	(293.499)	-	-	(493.693)	(487.463)
Reserva Legal.....	4.557	7.575	26.619	23.601	-	-	31.176	31.176
Reserva Estatutária.....	9.117	15.153	53.236	47.201	-	-	62.353	62.354
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído.....	49.434	139.273	792.142	702.303	-	-	841.576	841.576
Reserva de Incentivos Fiscais	307.160	307.160	702.144	702.144	-	-	1.009.304	1.009.304
Lucros (Prejuízos) Acumulados	142.714	-	58.256	-	-	-	200.970	-

Notas Explicativas

36.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	243.301	183.986	273.080	271.055	-	-	516.382	455.041
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(116.674)	(166.094)	(149.911)	(148.767)	-	-	(266.585)	(314.862)
Custo com Energia Elétrica	(45.211)	(95.664)	-	-	-	-	(45.211)	(95.664)
Custo de Operação	(71.463)	(70.431)	(149.911)	(148.767)	-	-	(221.374)	(219.199)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	126.627	17.892	123.169	122.287	-	-	249.797	140.179
Despesas Operacionais	(32.484)	(59.786)	(48.582)	(20.204)	-	-	(81.066)	(79.990)
Outras Receitas.....	4.739	3.391	6.710	2.609	-	-	11.449	6.000
Outras Despesas.....	(2.024)	(746)	(771)	(2.421)	-	-	(2.795)	(3.167)
RESULTADO DO SERVIÇO	96.859	(39.250)	80.526	102.272	-	-	177.385	63.023
Resultado de Participações Societárias	49.322	30.741	(8.115)	13.077	-	-	41.207	43.818
RESULTADO ANTES DO IR E CS	156.705	(31.000)	68.638	67.186	-	-	225.343	36.187
Imposto de Renda Corrente	(20.238)	-	(30.183)	(29.922)	-	-	(50.421)	(29.922)
Imposto de Renda Diferido.....	(112)	(319)	15.086	13.410	-	-	14.974	13.091
Contribuição Social Corrente	(7.477)	-	(11.163)	(11.051)	-	-	(18.640)	(11.051)
Contribuição Social Diferido.....	(40)	(115)	5.431	4.829	-	-	5.391	4.714
PREJUÍZO DO PERÍODO	128.836	(31.433)	47.810	44.452	-	-	176.646	13.019
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$.....	0,33	0,16	0,08	0,12	-	-	0,41	0,28
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$.....	0,33	0,16	0,08	0,12	-	-	0,41	0,28

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA					
		30/06/2019					
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5	264.808	-	-	-	-	264.808
Concessionárias e Permissionárias	6	-	41.083	-	-	-	41.083
Cedência de funcionários	9	466	59	-	-	-	525
Mútuo CEEE-D.....	9	-	373.149	-	-	-	373.149
Outros (custos a Reembolsar).....	9	-	-	-	-	23.368	23.368
		265.274	414.292	-	-	23.368	702.933
Passivo							
Contribuição Patrocinadora	23	-	-	-	77.550	-	77.550
Conta Gráfica	26	-	4.012	-	-	-	4.012
Empréstimo circulante	23	-	-	-	6.106	-	6.106
Empréstimo não circulante	23	-	-	-	66.063	-	66.063
		-	4.012	-	149.719	-	153.731
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	1.488	1.488
Suprimento de Energia Elétrica		-	1.684	-	-	-	1.684
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	39.399	-	-	-	39.399
Despesa operacional - Pessoal		-	-	-	2.348	-	2.348
Receita financeira		4.081	11.317	-	-	-	15.398
		4.081	52.400	-	2.348	1.488	60.317

Notas Explicativas

		31/12/2018					
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Nota Explicativa							
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5	181.036	-	-	-	-	181.036
Concessionárias e Permissionárias	6	-	2.160	-	-	-	2.160
Cedência de funcionários	9	450	59	-	-	-	509
Conta Gráfica	9	-	2.437	-	-	-	2.437
Mútuo CEEE-D	9	-	373.240	-	-	-	373.240
		<u>181.486</u>	<u>377.896</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>559.382</u>
Passivo							
Contribuição Patrocinadora	23	-	-	-	83.871	-	83.871
Empréstimo circulante	23	-	-	-	5.823	-	5.823
Empréstimo não circulante	23	-	-	-	67.479	-	67.479
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>157.173</u>	<u>-</u>	<u>157.173</u>
		30/06/2018					
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	10.253	10.253
Suprimento de Energia Elétrica		-	1.045	-	-	-	1.045
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	85.766	-	-	-	85.766
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(2.167)	-	(2.167)
Receita financeira		7.158	5.219	-	-	-	12.377
		<u>7.158</u>	<u>92.030</u>	<u>-</u>	<u>(2.167)</u>	<u>10.253</u>	<u>107.274</u>

37.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 30 de junho de 2019 foi de R\$371 (R\$550 em 30 de junho de 2018), contando com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação. A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

	CONTROLADORA							
	30/06/2019				30/06/2018			
	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total
Diretoria	104	19	17	141	216	58	20	292
Conselho de Administração	101	20	-	121	153	31	-	184
Conselho Fiscal	56	11	-	68	61	12	-	73
Comitê de Auditoria	34	7	-	41	-	-	-	-
Total	296	58	17	371	430	101	20	550

38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

Notas Explicativas

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros					
Mensurados a Custo Amortizado					
Numerário Disponível		2.042	1.161	2.318	1.632
Concessionárias e Permissionárias	6	96.758	101.333	98.343	101.551
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado					
SIAC/BANRISUL		264.808	181.035	265.550	184.969
Ativo de Concessão - Financeiro	13	1.607.594	1.695.505	1.607.594	1.695.505
Mensurados a Valor Justo por Meio de Outro Resultado Abrangente					
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC	10	113.571	102.734	113.571	102.734
		<u>2.084.773</u>	<u>2.081.768</u>	<u>2.087.376</u>	<u>2.086.391</u>
Passivos Financeiros					
Mensurados ao Custo Amortizado					
Fornecedores	19	40.826	137.197	47.059	142.923
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	564.825	587.343	564.825	587.343
TOTAL		<u>605.651</u>	<u>724.540</u>	<u>611.884</u>	<u>730.266</u>

38.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto a instituições financeiras estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$200.360.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são os seguintes:

38.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras Intermediárias foi:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	266.850	182.195	267.868	186.600
Concessionárias e Permissionárias	6	96.758	101.333	98.343	101.551
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	113.571	102.734	113.571	102.734
Ativo de Concessão - Financeiro	13	1.607.594	1.695.505	1.607.594	1.695.505
TOTAL		<u>2.084.773</u>	<u>2.081.767</u>	<u>2.087.376</u>	<u>2.086.390</u>

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Longo Prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

O segmento de Geração da companhia CEEE-GT possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e no Ambiente Livre - CCEALs. As receitas atreladas a estes contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário – CDBs.

Notas Explicativas

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia (CCGs) celebrados entre distribuidora e órgãos reguladores.

No geral a Administração entende que o risco de crédito no qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Companhia mensura pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

II. Garantias

A Companhia não possui operações com derivativos.

III. Derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

38.1.2. Risco de Preço

O segmento de Geração tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Esta variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada cinco anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração – RAG, a qual deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARS e CCEALS, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado, e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

O segmento de Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

38.1.3. Risco de Mercado

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL os agentes negociam a compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas, através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL, às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.

Notas Explicativas

38.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/06/2019 cuja cotação do dólar corresponde a R\$3,80 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do Bacen para 30/09/2019, correspondente ao dólar a R\$3,83. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 30/06/2019	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	517.679	533.209	666.512	799.814
Passivo Líquido Exposto	517.679	533.209	666.512	799.814
Efeito Líquido da Variação Cambial			133.302	266.605

38.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota	CONTROLADORA				
		Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	266.850	266.850	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	0	96.758	96.758	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	113.571	113.571	-	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro	13	1.607.594	282.770	200.949	602.848	521.027
		2.084.773	759.949	200.949	602.848	521.027
Passivos Financeiros						
Fornecedores	19	40.826	40.826	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	1.052.774	79.487	77.475	216.728	679.084
		1.093.600	120.313	77.475	216.728	679.084
		CONSOLIDADO				
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	267.868	267.868	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	98.343	98.343	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	113.571	113.571	-	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro	13	1.607.594	282.770	200.949	602.848	521.027
		2.087.376	762.552	200.949	602.848	521.027
Passivos Financeiros						
Fornecedores	19	47.059	47.059	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	1.052.774	79.487	77.475	216.728	679.084
		1.099.833	126.546	77.475	216.728	679.084

Notas Explicativas

38.1.6. Gestão de Capital

A Companhia visa uma estrutura de capital que seja coerente com o cenário macroeconômico e setorial e que também seja capaz de salvaguardar sua capacidade de continuidade a fim de que se mantenha a confiança do investidor e que seja possível a captação de novos financiamentos para garantir a execução de seus investimentos.

Por meio de uma estrutura de capital saudável é possível equilibrar o saldo de dívidas e de patrimônio e para manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a Companhia tem a possibilidade de revisar a sua prática de pagamento de dividendos, de alongar o perfil de sua dívida bem como de alienar os ativos alheios à concessão.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Endividamento					
Empréstimos e Financiamentos	22	564.825	587.343	564.825	587.343
Caixa e equivalentes de caixa	5	(266.850)	(182.195)	(267.868)	(186.600)
Investimento em Títulos do Governo	10	(113.571)	(102.734)	(113.571)	(102.734)
Dívida Líquida		<u>184.404</u>	<u>302.414</u>	<u>183.386</u>	<u>298.009</u>
Patrimônio Líquido		<u>2.572.189</u>	<u>2.372.580</u>	<u>2.587.662</u>	<u>2.388.818</u>
Endividamento do Patrimônio Líquido		<u>0,07</u>	<u>0,13</u>	<u>0,07</u>	<u>0,12</u>

38.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados à inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/06/2019 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 30/06/2019. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO			
			Cenário Base em 30/06/2019	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	22					
BNDES		TJLP	47.146	64.303	56.200	72.405
Exposição Líquida			<u>(47.146)</u>	<u>(64.303)</u>	<u>(56.200)</u>	<u>(72.405)</u>
Efeito esperado no Resultado				<u>(17.157)</u>	<u>8.103</u>	<u>(16.205)</u>

Notas Explicativas

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Demonstrações Financeiras conforme sugerido no CPC 48 e IFRS 9.

Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

38.1.8. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	CONTROLADORA	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	266.850	266.850
Concessionárias e Permissionárias.....	0	96.758	96.758
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	113.571	113.571
Ativo de Concessão - Financeiro	13	1.607.594	1.607.594
		<u>2.084.773</u>	<u>2.084.773</u>
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	19	40.826	40.826
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	22	564.825	1.052.774
		<u>605.651</u>	<u>1.093.600</u>
		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	267.868	267.868
Concessionárias e Permissionárias.....	0	98.343	98.343
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	113.571	113.571
Ativo de Concessão - Financeiro	13	1.607.594	1.607.594
		<u>2.087.376</u>	<u>2.087.376</u>
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	19	47.059	47.059
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	22	564.825	1.052.774
		<u>611.884</u>	<u>1.099.833</u>

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

38.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA			
	Valor contábil 30/06/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	264.808	-	264.808	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	113.571	113.571	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro	1.607.594	-	-	1.607.594
	<u>1.985.972</u>	<u>113.571</u>	<u>264.808</u>	<u>1.607.594</u>
	CONSOLIDADO			
	Valor contábil 30/06/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	265.550	-	265.550	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	113.571	113.571	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro	1.607.594	-	-	1.607.594
	<u>1.986.715</u>	<u>113.571</u>	<u>265.550</u>	<u>1.607.594</u>

38.1.10. Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo dos Investimentos em Títulos do Governo foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo de Concessão – Financeiro foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

38.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

38.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional - SIN é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, as quais estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico destes empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétricos, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo – MCP, podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.

O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, o que no caso da CEEE-GT representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas Distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.

Notas Explicativas

38.2.2. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Companhia.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

39. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço.

O seguro patrimonial contratado tem vigência de 13/04/2019 à 13/04/2020. O valor do ativo segurado na área de geração é de R\$62.034 e o valor do prêmio é de R\$62 no segmento de transmissão o valor do ativo segurado é de R\$258.383 e o valor do prêmio é de R\$258.

40. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

40.1. Reajuste Tarifário – Geração

A ANEEL publicou no último dia 26/07, a Resolução Homologatória nº 2.587, de 23/07/2019, que homologa as Receitas Anuais de Geração (RAG) das usinas hidrelétricas em regime de cotas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Os novos valores da RAG são oriundos do processo de reajuste tarifário realizado para o ciclo 2019-2020, e contemplam os valores do Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG), acrescidos dos Encargos de Uso e Conexão aos Sistemas de Distribuição e Transmissão, da Parcela Ajuste por Indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl), da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) e dos custos associados aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE). As parcelas de GAG são compostas pela parcelas de GAGO&M, destinada à cobertura dos custos operacionais, de GAGMelhorias, destinada à cobertura dos investimentos em melhorias, e do Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI), destinada à cobertura dos investimentos em bens não reversíveis como software e veículos.

A Receita Anual de Geração (RAG) do conjunto de usinas cotistas da CEEE-GT teve um incremento de 2,79% em comparação com o ciclo 2018/2019, totalizando o montante de R\$ 118,4 Milhões.

Notas Explicativas

40.2. Reajuste Tarifário - Transmissão

O Reajuste Anual da Transmissão da CEEE-GT, que trouxe a nova RAP (Receita Anual Permitida) está válido desde 1º de julho de 2019, conforme Resolução Homologatória (REH) da Aneel nº 2.565/2019 (Ciclo 2019/2020). A nova RAP da Transmissora totaliza R\$ 729.281.766,54 milhões e começa a ingressar no caixa da empresa a partir de agosto de 2019, nela está incluído incremento de R\$ 38,8 milhões provenientes de obras novas e de atualização monetária, em comparação ao Ciclo 2018/2019.

César Eduardo Lindenmeyer
Diretor

Elisangela Moura Rodrigues
Contadora CRCRS 6238

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIARIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À

AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE - GT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais- ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Engagements to Review Historical Financial Statements, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros Assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e período anteriores

Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 13 de agosto de 2018, sem modificação.

São Paulo, 12 de agosto de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S

2 CRC RS – 5.460/0-O “T” SP

LUCIANO GOMES DOS SANTOS

Contador 1 CRC RS – 59.628/O-2

Sócio Responsável Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da CEEE-GT relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2019.

Porto Alegre, 12 de agosto de 2019.

MARCO DA CAMIMO ANCONA LOPEZ SOLIGO

Diretor Presidente

CÉSAR EDUARDO LINDENMEYER

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

GIOVANI FRANCISCO DA SILVA

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento A Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Maciel Auditores S/S relativamente às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da CEEE-GT referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019.

Porto Alegre, 12 de agosto de 2019.

MARCO DA CAMIMO ANCONA LOPEZ SOLIGO

Diretor Presidente

CÉSAR EDUARDO LINDENMEYER

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

GIOVANI FRANCISCO DA SILVA

Diretor

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração arquivo Notas Explicativas.